

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CAEd - CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E AVALIAÇÃO
DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

ÁLISSON DE ALMEIDA SANTOS

**A UTILIZAÇÃO DE AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO
PRESENCIAL: O CASO DO ENSINO JURÍDICO NA UNIVERSIDADE FEDERAL
DE JUIZ DE FORA**

Juiz de Fora
2013

ÁLISSON DE ALMEIDA SANTOS

**A UTILIZAÇÃO DE AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO
PRESENCIAL: O CASO DO ENSINO JURÍDICO NA UNIVERSIDADE FEDERAL
DE JUIZ DE FORA**

Dissertação apresentada como requisito parcial à conclusão do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Orientador: Prof. Dr. Álvaro João Magalhães de Queiroz.

JUIZ DE FORA

2013

TERMO DE APROVAÇÃO

ÁLISSON DE ALMEIDA SANTOS

A UTILIZAÇÃO DE AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO PRESENCIAL: O CASO DO ENSINO JURÍDICO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

Dissertação apresentada à Banca Examinadora designada pela equipe de Dissertação do Mestrado Profissional CAEd/FACED/UFJF, aprovada em ____/____/____.

Prof. Dr. Álvaro João Magalhães de Queiroz - Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Wilson dos Santos Almeida
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais
(IFSudeste-MG)

Prof. Dr. Frederico Augusto D'Avila Riani
Universidade Federal de Juiz de Fora

Juiz de Fora, 13 de agosto de 2013

*Aos meus pais, Mariza e Ari, por serem
meus maiores incentivadores e minhas
razões de viver.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida, pela minha família e por colocar as oportunidades no meu caminho.

Aos meus pais, pelo amor e apoio incondicional, por tudo que renunciaram para que eu pudesse realizar os meus sonhos, pelos ensinamentos e pela compreensão nos momentos de angústia e ausência.

Ao meu irmão, pelos momentos de amenidades, pelo apoio e pela compreensão que sempre demonstrou em relação às minhas necessidades.

Aos meus afilhados, que trazem um tom especial de alegria à minha vida.

Aos familiares, em especial aos meus avós, exemplos de simplicidade e ternura, e aos meus primos Alberto e Raquel, que me acolheram durante parte da minha trajetória.

Aos amigos que sempre estão ao meu lado e tornam meus dias mais felizes, em especial Gisele, Dalyara, Lívia, Luiza, Crystiam, Alice, Lúcia e Ellen.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Álvaro João Magalhães de Queiroz, por todo o conhecimento transmitido e por tornar realidade este trabalho.

À Prof^a. Dr^a. Adriana Bruno, pelas importantes orientações no momento da qualificação e pela colaboração com esta pesquisa.

Aos professores Dr. Wilson dos Santos Almeida e Dr. Frederico Augusto D'Avila Riani, por terem gentilmente aceitado compor a banca de defesa.

À Prof^a Rafaela Reis Azevedo de Oliveira, por ser a luz no meu caminho e pelo trabalho impecável.

Às demais professoras que auxiliaram no início deste trabalho, Carolina Alves Magaldi e Yara Alvim.

À Coordenadora do Núcleo de Dissertações do PPGP, Prof^a. Dr^a. Juliana Alves Magaldi, pelo excelente trabalho realizado.

Ao Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da UFJF, representado pelos professores Manuel Palácios e Beatriz de Basto Teixeira, por tornar realidade o sonho de centenas de profissionais da Educação e ajudar a desenvolver uma Educação Pública de qualidade no nosso país.

À toda a equipe do PPGP: coordenação, secretaria, corpo docente e tutores, que sempre trabalharam em prol deste sonho.

Aos colegas do Mestrado, em especial Alba Valéria, Alessandro Tatagiba (Tatá), Alexandra Forestieri (Alê), Aparecida Valéria (Val), André e Helena, pela parceria nesses dois anos e pela amizade que certamente permanecerá.

Ao Centro de Educação a distância (CEAD/UFJF), à Coordenação de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas (PRORH) e à Coordenação de Inovação Acadêmica e Pedagógica no Ensino Superior (CIAPES/PROGRAD), por colaborarem com esta pesquisa.

Ao corpo docente e direção da Faculdade de Direito, por colaborarem na realização desta pesquisa.

A todos os amigos servidores e terceirizados da Faculdade de Direito da UFJF, pelo convívio harmonioso e pelas trocas profissionais, em especial Maria Aparecida Marcos, Patrícia Silva, Elisabeth Saraiva e Camila Fonseca.

À Universidade Federal de Juiz de Fora, por acreditar no potencial de seus servidores e incentivar a capacitação e qualificação profissional.

“Educar verdadeiramente não é ensinar fatos novos ou enumerar fórmulas prontas, mas sim preparar a mente para pensar.” (Albert Einstein)

RESUMO

O objetivo desta dissertação é analisar o uso de Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs) pelos professores lotados na Faculdade de Direito da UFJF, compreender suas relações com aspectos institucionais do curso e apresentar um Plano de Ação Educacional que visa à ampliação das possibilidades pedagógicas dos AVAs dentro desse contexto. Na primeira parte da pesquisa, observou-se que, apesar da incorporação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no ensino superior, seu uso efetivo entre os professores da Faculdade de Direito ainda é restrito. Esta pesquisa consiste em um estudo de caso e caracteriza-se como qualitativa, uma vez que foi realizada a partir de questionários e entrevistas semiestruturadas com o objetivo de verificar a utilização de AVAs no âmbito da Unidade Acadêmica e conhecer os possíveis fatores determinantes para o seu uso, na perspectiva dos docentes e de alguns atores da Instituição envolvidos com o tema em análise. O referencial teórico traz as lacunas na formação dos docentes do ensino superior, especialmente em relação à utilização de Ambientes Virtuais de Aprendizagem, uma vez que se observou, como resultado da pesquisa de campo, que apenas seis professores entrevistados utilizavam AVAs e, dentre os que não utilizavam, 24 manifestaram interesse na utilização desse recurso, de modo que o principal fator dificultador apontado foi a falta de formação específica em relação às suas possibilidades pedagógicas, apesar de a Instituição oferecer alguns cursos com essa finalidade. Portanto, o Plano de Ação Educacional converge para a capacitação desses docentes quanto à utilização da Plataforma *Moodle*, adotada pela Instituição. Tal proposta leva em conta as necessidades específicas dos professores da Faculdade de Direito, recorte utilizado nesta pesquisa.

Palavras-chave: Ambientes Virtuais de Aprendizagem; Ensino Superior; Formação Docente.

ABSTRACT

The objective of this dissertation is to analyze the use of Virtual Learning Environments (VLEs) by teachers located in UFJF Law School, comprehend its relation with institutional aspects of the course and submit an Educational Plan of Action which aims to increase the educational possibilities of VLEs within this context. In the first part of the survey, it was observed that, despite the incorporation of the use of Information and Communication Technologies (ICTs) in higher education, its effective use among Law School's teachers is still restricted. This research consists in a case study and characterizes as a qualitative research conducted through questionnaires and semi-structured interviews in order to verify the use of VLEs within the Academic Unit and know the possible determining factors for its use, from the perspective of teachers and some actors of the Institution involved with the issue under consideration. The theoretical reference brings the gaps in the training of teachers in higher education, especially in relation to the use of Virtual Learning Environments, as it was observed as a result of field research that only 06 teachers interviewed use Virtual Learning Environments, and among those that don't use it, 24 expressed interest in using this resource and the main complicating factor mentioned was the lack of specific training in relation to its pedagogical possibilities, despite the fact that the Institution offers some courses for that purpose. Therefore, the Educational Plan of Action converges to the qualification and training of these teachers regarding the use of Moodle Platform, adopted by the Institution. Such proposal takes into account the specific needs of Law School teachers, delimitation used in this study.

Keywords: Virtual Learning Environments, Higher Education, Teacher Training.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1	Familiaridade com o computador, no uso de ferramentas para fins acadêmicos e profissionais, na percepção dos entrevistados	24
Gráfico 2	Recursos tecnológicos utilizados na prática pedagógica	25
Gráfico 3	Frequência de utilização dos recursos tecnológicos	26
Gráfico 4	Tempo de docência na Instituição.....	29
Gráfico 5	Percentual de docentes que disseram conhecer a portaria do MEC que autoriza a utilização de 20% da carga horária em atividades a distância e algum Ambiente Virtual de Aprendizagem.....	30
Gráfico 6	Utilização de AVA na Faculdade de Direito.....	31
Gráfico 7	Interesse em utilizar algum Ambiente Virtual de Aprendizagem na prática pedagógica, dentre aqueles que não utilizam	31
Quadro 1	Perfil dos entrevistados	38
Quadro 2	Plano de curso.....	51
Figura 1	Sumário do curso “Formação Docente para Utilização do <i>Moodle</i> ”	53
Figura 2	Semana 1 do curso “Formação Docente para Utilização do <i>Moodle</i> ” ..	54
Figura 3	Semana 2 do curso “Formação Docente para Utilização do <i>Moodle</i> ” ..	55
Figura 4	Semana 3 do curso “Formação Docente para Utilização do <i>Moodle</i> ” ..	55
Figura 5	Semana 4 do curso “Formação Docente para Utilização do <i>Moodle</i> ” ..	56
Quadro 3	Proposta de ação.....	56

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AVA	Ambiente Virtual de Aprendizagem
CCDP	Coordenação de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas
CEAD	Centro de Educação a Distância
CGCO	Centro de Gestão do Conhecimento
CIAPES	Coordenação de Inovação Acadêmica e Pedagógica no Ensino Superior
IES	Instituição de Ensino Superior
MEC	Ministério da Educação
PAE	Plano de Ação Educacional
PISM	Programa de Ingresso Seletivo Misto
PNAP	Programa Nacional de Formação em Administração Pública
PPGP	Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública
PROGRAD	Pró-Reitoria de Graduação
PROQUALI	Programa de Incentivo à Qualificação
PRORH	Pró-Reitoria de Recursos Humanos
REUNI	Plano de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais
SIGA	Sistema Integrado de Gestão Acadêmica
SiSU	Sistema de Seleção Unificada
SRI	Secretaria de Relações Internacionais
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 AS TECNOLOGIAS NO CONTEXTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	15
1.1 AS TICS NO ENSINO DE DIREITO	15
1.2 O CENÁRIO ATUAL DAS TECNOLOGIAS APLICADAS À EDUCAÇÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	18
1.3 O USO DAS TICS NA FACULDADE DE DIREITO.....	21
2 AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM E A FORMAÇÃO DOCENTE NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA.....	28
2.1 PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES SOBRE OS AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM.....	28
2.2 AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM E A FORMAÇÃO DOCENTE SOB O OLHAR DE DIFERENTES ATORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA.....	37
2.2.1 Educação Híbrida: a comunhão entre o presencial e o virtual.....	39
2.2.2 A formação docente enquanto papel institucional.....	42
3 A PROPOSTA DE FORMAÇÃO DOCENTE PARA A UTILIZAÇÃO DE AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM.....	47
3.1 A RELAÇÃO ENTRE O CENÁRIO OBSERVADO E O PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL	47
3.2 APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA	48
3.2.1 Objetivos e público-alvo	49
3.2.2 Carga horária e metodologia	49
3.2.3 Divulgação e inscrições	50
3.2.4 Programação	50
3.2.5 Recursos necessários à realização da proposta	56
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS	60
APÊNDICES.....	63

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como objetivo analisar o uso de Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs) pelos professores lotados na Faculdade de Direito da UFJF, compreender suas relações com aspectos institucionais do curso e apresentar um Plano de Ação Educacional, que visa à ampliação das possibilidades pedagógicas dos AVAs dentro desse contexto. A partir da minha condição de aluno, tutor e servidor da UFJF, tenho observado que, apesar da incorporação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no ensino superior, seu uso efetivo entre os professores da Faculdade de Direito ainda é incipiente, o que foi sinalizado na pesquisa realizada na disciplina Linguagens e suas Tecnologias II, cursada no Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública (PPGP). Essa pesquisa foi realizada no primeiro semestre de 2012 e teve caráter mais amplo, com objetivos de apontar a frequência de utilização das TICs pelos professores do curso de Direito, definir quais ferramentas eram mais utilizadas e conhecer a familiaridade desses professores com o uso do computador. No levantamento, constatou-se que 28,6% dos 14 professores entrevistados nunca utilizaram esses recursos para fins pedagógicos. Dos professores que utilizam, a maioria se limita ao uso do computador para edição, internet, televisão e DVD. Dessa forma, o uso de espaços virtuais de aprendizagem se apresentou bastante inexpressivo.

A decisão de retomar esse assunto na dissertação se dá em razão de algumas inquietações ainda remanescentes, principalmente quanto aos possíveis fatores que determinam o uso das TICs no curso de Direito e, particularmente, à possibilidade de utilização de um Ambiente Virtual de Aprendizagem dentro de um curso presencial.

O presente trabalho é uma pesquisa qualitativa. Segundo Michel (2009, p. 36-37), “a pesquisa qualitativa considera que há uma relação dinâmica, particular, contextual e temporal entre o pesquisador e o objeto de estudo. Por isso, carece de uma interpretação dos fenômenos à luz do contexto, do tempo, dos fatos.” O método qualitativo é amplamente utilizado nas Ciências Humanas e Sociais e tem como característica a análise detalhada de determinado contexto, considerando seu recorte geográfico e temporal. Michel (2009, p.38) ainda ressalta que as pesquisas qualitativa e quantitativa não são excludentes, “a pesquisa quantitativa atua como compiladora e organizadora de informações para serem analisadas crítica e qualitativamente.”

Nesse sentido, a presente pesquisa utiliza-se também de instrumentos quantitativos para tal fim.

Levando em consideração a natureza qualitativa deste estudo, é importante salientar que seus resultados representam uma análise detalhada de determinado contexto ou situação, não tendo como pretensão uma generalização que ultrapasse seu recorte. O método quantitativo foi adotado na primeira parte da pesquisa, através da aplicação de questionário semiestruturado com os sujeitos, com o objetivo de fornecer subsídios para que o momento qualitativo fosse direcionado.

A primeira parte da pesquisa, apresentada no primeiro capítulo, foi realizada no primeiro semestre de 2012, através da aplicação de um questionário semiestruturado a 14 professores, o que representa cerca de 30% do total de docentes lotados na Faculdade de Direito da UFJF. O objetivo era conhecer o perfil de utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação em sentido *lato* no contexto acadêmico. Esse levantamento foi necessário para a realização do Projeto de Intervenção proposto na disciplina Linguagens e suas Tecnologias II, como requisito parcial para sua conclusão, e constituiu o embrião desta dissertação, uma vez que foi observado que a utilização das TICs era bastante primária e outros recursos, como os Ambientes Virtuais de Aprendizagem, apresentavam uso bastante reduzido. Diante dessa primeira constatação, realizou-se um novo questionário, aplicado a todos os professores vinculados à Faculdade de Direito da UFJF, *campus* Juiz de Fora, no primeiro semestre de 2013. É importante considerar, que nesse intervalo de tempo, ocorreram pequenas alterações no corpo docente, como a aposentadoria de dois docentes e a exoneração de outro, quatro novos professores foram empossados, além do término do contrato de dois outros temporários e a contratação de um novo substituto. Apesar disso, o cenário não foi consideravelmente modificado, tendo em vista a pequena representação dessas mudanças. Esse segundo questionário voltou-se para o tema central da dissertação: a utilização de Ambientes Virtuais de Aprendizagem.

Por fim, foram realizadas uma série de entrevistas semiestruturadas, sendo aplicadas a alguns atores da Faculdade de Direito, tais como o diretor da Unidade Acadêmica e um dos coordenadores do curso. No âmbito geral da UFJF, as entrevistas foram realizadas com pessoas que ocupam posições de relevância para o tema estudado, tais como a Coordenadora de Inovação Acadêmica e Pedagógica no Ensino Superior da Pró-Reitoria de Graduação (CIAPES/PROGRAD), a Coordena-

dora da Equipe de Capacitação do Centro de Educação a Distância da UFJF (CEAD/UFJF) e a Coordenadora de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas da Pró-Reitoria de Recursos Humanos (CCDP/PRORH).

O segundo questionário aplicado e as entrevistas forneceram subsídios para o Plano de Ação Educacional, apresentado no terceiro capítulo desta dissertação.

Nesta pesquisa, foi utilizado o método da observação direta. Segundo Michel (2009), a observação direta consiste na obtenção dos dados através de pesquisa de campo, com o objetivo de analisar dados dentro de uma situação concreta e específica. Ela será intensiva quando houver contato direto com a fonte e extensiva quando esse contato não for essencial para a obtenção dos dados. Neste trabalho, foram usados ambos os tipos de observação direta, através da utilização de entrevistas (intensiva) e questionário (extensiva).

O referencial teórico forneceu subsídios para a discussão sobre a formação continuada de docentes para a utilização de Ambientes Virtuais de Aprendizagem no contexto universitário, além de algumas discussões teóricas sobre o uso desse recurso no ensino presencial. Em relação à formação, foram apresentadas discussões acerca da falta de instrução inicial para a docência dos professores que atuam no ensino superior, exceto nos cursos de licenciatura, e acerca do papel das Instituições de Ensino Superior (IES) na formação continuada desses profissionais. Também foi apresentado o conceito de hibridismo, no entendimento de Lúcia Santaella (2008), justificando a comunhão entre o presencial e o virtual na Educação.

O primeiro capítulo desta dissertação tem como objetivo apresentar o caso de gestão, utilizando os dados do questionário aplicado para a pesquisa da disciplina Linguagens e suas Tecnologias II, do próprio Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública (PPGP). Além disso, contextualiza a observação cotidiana do autor e faz uma breve revisão bibliográfica. No segundo capítulo, serão apresentados os resultados da pesquisa, a partir do questionário, focando o uso dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs) e das entrevistas, de modo que ambos serão analisados de acordo com o referencial teórico. Por fim, o terceiro capítulo traz o Plano de Ação Educacional, que se constitui na proposta de oferecimento de um curso de capacitação direcionado aos professores da Faculdade de Direito, considerando o que foi observado na pesquisa de campo.

1 AS TECNOLOGIAS NO CONTEXTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

Este primeiro capítulo tem o objetivo de apresentar o caso de gestão, que envolve a utilização de Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA's) no curso de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Para isso, foram utilizados os dados do questionário aplicado para a pesquisa da disciplina Linguagens e suas Tecnologias II, do próprio Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública (PPGP), a observação cotidiana do autor e uma breve revisão bibliográfica. Na primeira seção, será feita uma breve contextualização sobre as tecnologias e o ensino jurídico. O panorama da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e da Faculdade de Direito no que diz respeito às tecnologias aplicadas à Educação serão apresentados na segunda e terceira seções, respectivamente. A abordagem das tecnologias em sentido *lato*, considerando suas múltiplas aplicações no processo de ensino-aprendizagem, será feita com o objetivo de contextualização do cenário investigado com os avanços tecnológicos vivenciados no universo contemporâneo.

1.1 AS TICS NO ENSINO DE DIREITO

É necessário discutir, em caráter mais amplo, as tecnologias aplicadas ao ensino de Direito, apresentando a definição desses recursos trabalhados nesta dissertação, sua utilização no contexto universitário e as peculiaridades do ensino de Direito. Vani Kenski (2010, p.21) afirma que as tecnologias não se restringem a equipamentos, mas podem também ser estendidas a ações que, muitas vezes, ocorrem mediadas por suportes. O principal exemplo apresentado pela autora são as “tecnologias da inteligência” (Lévy, 1993 *apud* Kenski, 2010), que podem ser compreendidas como construções mentais que objetivam aprimorar o processo de conhecimento e aprendizagem.

Articuladas às tecnologias de inteligência, nós temos as “tecnologias de comunicação e informação” que, por meio de seus suportes (mídias, como o jornal, o rádio, a televisão...), realizam o acesso, a veiculação das informações e todas as demais formas de ação comunicativa, em todo o mundo (KENSKI, 2010, p. 21).

Uma característica importante dessas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) é que todas elas conseguem ir além dos seus suportes, integrando-se ao próprio meio natural e social (KENSKI, 2010).

O computador pode ser considerado o símbolo dominante da grande ebulição tecnológica que vivemos na atualidade (PAIVA, 2010). Podemos perceber a importância da informática e, em especial, da internet, no importante processo de mudança na sociedade que vivenciamos nas últimas décadas, fatores indispensáveis para que atingíssemos o atual nível de integração e globalização. Através da rede mundial de computadores, podemos nos comunicar e ter acesso a informações disponíveis em qualquer lugar do planeta, superando os paradigmas tempo e espaço.

No setor educacional, as Tecnologias de Informação e Comunicação vêm ganhando cada vez mais espaço, com suas inúmeras aplicações. Os Ambientes Virtuais de Aprendizagem representam, por sua vez, uma parte das inúmeras possibilidades de utilização das TICs para fins pedagógicos, mediados por suportes como o computador e a internet. No universo acadêmico, é possível perceber a utilização de Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs) no ensino presencial, especialmente após a aprovação da portaria nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004, do Ministério da Educação, que instituiu a flexibilização curricular, permitindo a utilização de 20% da carga horária dos cursos presenciais em atividades realizadas de forma não-presencial (BRASIL, 2004). É importante considerar que a incorporação de AVAs no ensino presencial ganhou força após a expansão dos cursos a distância. No governo Lula (2003-2010), pudemos observar o advento da educação a distância no âmbito das universidades federais, através da Universidade Aberta do Brasil (UAB). Segundo Carlos Brito (2010), no ano de 2006, foram lançados editais e chamadas oficiais para que as universidades públicas propusessem cursos a distância. Os principais objetivos dessa iniciativa seriam a ampliação da oferta nas universidades públicas e a formação de professores.

Apesar desse quadro, muitas vezes, a universidade não está devidamente equipada para acompanhar esse processo de expansão que a sociedade está vivenciando e, mesmo que existam equipamentos, como no caso da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), existe certa resistência dos professores ou a falta de conhecimento sobre como utilizar esses recursos em sala de aula, conforme constatado na pesquisa prévia realizada pelo autor. Especialmente na Faculdade de Direito, a partir dos dados obtidos nessa pesquisa, existe um número considerável de

professores que sequer utilizam projetor multimídia ou o utilizam de forma precária. É importante ressaltar que o exemplo do projetor multimídia se dá por esse ser a ferramenta tecnológica mais difundida na Instituição, ser de fácil utilização e amplamente disponibilizada aos professores. Da mesma forma, se considerarmos a utilização da Plataforma *Moodle*¹, esse número se torna ainda mais inexpressivo dentro da amostra investigada, correspondendo a menos de 15% da amostra daquela pesquisa, que envolveu cerca de 30% dos professores da Faculdade de Direito da UFJF. Ao conversar com alguns docentes no cotidiano profissional, verificou-se que muitos têm interesse em aprender a utilizar a Plataforma *Moodle*, mas ainda não tomaram essa iniciativa. Somente seis professores utilizam esse recurso, como foi observado na pesquisa de campo apresentada no próximo capítulo.

Segundo Sarah Gonçalves e Ives Nascimento (2008), o que se verificava nas últimas décadas era um modelo de ensino jurídico ainda apegado ao tradicionalismo, um mercado de trabalho saturado e uma verdadeira proliferação de cursos de Direito pelo Brasil. Gonçalves e Nascimento (2008) abordam a atual crise do ensino jurídico a partir de três vieses. Sob o viés ideológico, os autores expõem o apego legalista dos cursos de Direito, restritos à assimilação dos conhecidos “Códigos”, sem qualquer ampliação das discussões. O segundo viés apresentado é o político-institucional, cujo principal problema se encontra na proliferação dos cursos de Direito e na mercantilização do ensino. Por último, é apresentado o viés metodológico, em que se discute a ausência de ligação entre a teoria e a prática, o apego ao tradicionalismo nos métodos de ensino e a falta de formação pedagógica para os docentes da área. Esses dois últimos fatores serão explorados nesta pesquisa. Segundo Carlos Alexandre Marques (2010, p. 201), “o ensino jurídico no Brasil passou quase um século sem significativas evoluções no que tange à implementação de novas tecnologias, às vezes por falta de alternativas viáveis outras para não perder a dogmática do ensino do Direito”.

Na próxima seção, serão apresentados a contextualização histórica da Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituição de Ensino Superior analisada nesta pesquisa, e o cenário atual das tecnologias aplicadas à Educação nesse contexto.

¹ O *Moodle* é um Sistema *Open Source* de Gerenciamento de Cursos - *Course Management System* (CMS), também conhecido como *Learning Management System* (LMS) ou um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Fonte: <https://moodle.org/about/>. Acesso em: 14 mar. 2013.

1.2 O CENÁRIO ATUAL DAS TECNOLOGIAS APLICADAS À EDUCAÇÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

Para a compreensão do caso de gestão apresentado neste capítulo, será apresentada e discutida nesta seção a contextualização histórica da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Instituição de Ensino Superior (IES) que abriga a Unidade Acadêmica analisada nesta dissertação – a Faculdade de Direito. Além dos aspectos históricos, como os dados sobre sua criação e expansão, discutiremos algumas ações institucionais que envolvem as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs).

A UFJF foi criada em 1960, no governo do então presidente Juscelino Kubitschek, a partir da incorporação das Faculdades de Ciências Econômicas, Farmácia e Odontologia, Engenharia, Medicina e Direito (UFJF, 1985). No momento da sua criação, a Instituição se dividia em unidades acadêmicas isoladas, que funcionavam em espaços diferentes na cidade de Juiz de Fora. Em 1970, foi inaugurado o *Campus* Universitário, na região do bairro São Pedro, que passou a abrigar todos os cursos somente em 1999 e a reitoria somente em 2005 (DARODA, 2012).

Em 2007, o Conselho Superior da Universidade Federal de Juiz de Fora, órgão máximo de deliberação interna da Instituição, deliberou pela adesão ao Plano de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais – REUNI (UFJF, 2007). Desde a adesão ao referido plano e a criação do Plano de Expansão e Reestruturação da UFJF, a Universidade ampliou o número de matrículas nos cursos de graduação, diversos docentes e técnico-administrativos foram empossados e o que se presencia no *campus* é uma grande expansão da estrutura física, com a construção de prédios novos para os Institutos e de algumas Faculdades. Esses investimentos em infraestrutura, em decorrência da adesão ao REUNI, trouxeram também implicações na aquisição de equipamentos tecnológicos, como computadores, projetores multimídia, entre outros.

Para o ano de 2013, em Juiz de Fora, a UFJF ofertou 2.534 vagas pelo Sistema de Seleção Unificada (SiSU) e 1.227 vagas pelo Programa de Ingresso Seletivo Misto (PISM) em seus 38 cursos de graduação. O concurso vestibular foi realizado somente para os cursos de Arquitetura e Urbanismo e Bacharelado em Música, em razão das provas de habilidades específicas. Cabe ressaltar que, dentre os 38 cursos de graduação, 11 são oferecidos em duas opções de turnos, diurno ou notur-

no, inclusive o curso de Direito. Dois cursos são oferecidos em diferentes habilitações, com ingressos independentes: o Bacharelado em Música conta com seis habilitações e o curso de Engenharia Elétrica com 5 habilitações. No ano de 2009, o Bacharelado Interdisciplinar em Artes e Design e o Bacharelado em Ciências Exatas iniciaram suas atividades, com ampla oferta de vagas e a possibilidade de o aluno cursar uma habilitação específica após a conclusão do bacharelado, que tem duração de três anos, atendendo às diretrizes do Plano de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais (REUNI). Em 2010, iniciaram-se as atividades do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas.

Além de diversos cursos de pós-graduação *lato sensu*, a Universidade conta, em 2013, com 32 programas de pós-graduação *stricto sensu*, com oferta de três mestrados profissionais, 20 mestrados acadêmicos e 15 cursos de doutorado. O ensino básico também é oferecido pela Instituição, através do Colégio de Aplicação João XXIII, que, além de ofertar o ensino público e gratuito, constitui-se em importante campo de estágios para os cursos de licenciatura oferecidos pela UFJF.

Inserida no contexto internacional, a Universidade mantém convênio com diversas instituições estrangeiras, promovendo o intercâmbio cultural e acadêmico através da Secretaria de Relações Internacionais (SRI). No primeiro semestre de 2013, o sítio da SRI na internet informava 49 instituições estrangeiras que mantinham convênio com a UFJF, em países localizados na Ásia, América do Norte, América do Sul e Europa.

Em 2005, a UFJF foi equipada com 12 infocentros, distribuídos entre as Unidades Acadêmicas e a Biblioteca Central, este aberto também à comunidade externa (DARODA, 2012). Na Faculdade de Direito, o infocentro conta com cerca de 20 computadores e o uso é restrito aos estudantes da Instituição. Segundo Daroda (2012), considerando todo o âmbito da Universidade, as salas de aula contam com computadores e projetores multimídia. O acesso à internet, por sua vez, se dá através de rede sem fio criptografada, com acesso exclusivo em alguns departamentos. Na Faculdade de Direito, a maior parte das salas possui projetor multimídia instalado. Para as salas que não possuem, existem equipamentos que podem ser instalados de acordo com a demanda dos professores, assim como os notebooks. Nenhuma sala de aula da Faculdade de Direito possui computador, mas a Unidade dispõe de notebooks que podem ser emprestados aos docentes. Em relação à rede de internet sem fio, a Unidade conta com cinco roteadores, que possibilitam o acesso

através de senhas, que são exclusivas aos servidores, exceto a da biblioteca setorial.

Em 2012, teve início na Instituição o Projeto de Universalização da Informática, uma iniciativa do Departamento de Ciências da Computação, que oferece disciplinas opcionais através da Plataforma *Moodle*, com o objetivo de fornecer capacitação para utilização de ferramentas computacionais e promover a inclusão digital dos alunos.

O Centro de Educação a Distância (CEAD), órgão suplementar responsável por coordenar, supervisionar e dar apoio às atividades de ensino, pesquisa, extensão, cultura e desenvolvimento relacionadas à Educação a distância, dá suporte a oito cursos de graduação a distância e cinco cursos de especialização, além de apoiar as ações de promoção do uso das TICs no âmbito da Universidade. O AVA adotado pela UFJF é a Plataforma *Moodle*, sendo seu acesso disponibilizado apenas aos participantes dos cursos oferecidos na modalidade a distância ou disciplinas presenciais que a utilizam. Além do CEAD, responsável pelo suporte técnico e pedagógico no uso das TICs, encontram-se envolvidas nas ações de promoção do uso dessas Tecnologias a Pró-Reitoria de Recursos Humanos e a Pró-Reitoria de Graduação. A primeira, por meio da Coordenação de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas, encontra-se envolvida na capacitação dos servidores, tanto técnico-administrativos em Educação, quanto docentes. A Pró-Reitoria de Graduação, por sua vez, vem atuando, por meio da Coordenação de Inovação Acadêmica e Pedagógica no Ensino Superior, na formação continuada dos docentes. O Centro de Gestão do Conhecimento (CGCO) apoia e oferece treinamento para criação e manutenção de sítios institucionais. Entre as modalidades institucionais, está o sítio próprio de docentes da instituição, que pode funcionar como repositório de conteúdos de determinado professor.

Por meio da Coordenação de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoal, a PRORH realiza cursos de capacitação para todos os servidores da Instituição. Em 2010, foi oferecido o módulo “Capacitação pedagógica em EAD - formação de instrutores para cursos a distância”, com duração de 40 horas, realizado de forma semi-presencial. No mesmo ano, foi oferecido o curso “Didática: elementos para uma ação docente crítica”, com duração de 30 horas, realizado de forma presencial, com o objetivo de propiciar fundamentação teórico-metodológica ao professor do ensino fundamental, médio e superior para que possa analisar criticamente sua prática e os

condicionantes que nela interferem e organizar alternativas adequadas à orientação do processo de ensino-aprendizagem. O primeiro curso foi reoferecido em 2011, 2012 e está previsto para o segundo semestre de 2013. Em 2012, foi oferecido, em parceria com o CEAD, o curso “O Ambiente Virtual de Aprendizagem – *Moodle* e suas possibilidades pedagógicas”, de participação voluntária, com duração de 45 horas e realizado de forma semipresencial. Em 2013, o curso também está previsto no calendário de capacitações. É importante considerar, ainda, que, desde 2010, a PRORH oferece cursos a distância através da Plataforma *Moodle* para os servidores efetivos da UFJF, tendo sido observado um crescimento considerável na oferta de cursos nessa modalidade desde então.

A Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), por meio da recém-criada Coordenação de Inovação Acadêmica e Pedagógica no Ensino Superior (CIAPES), em parceria com a PRORH e o CEAD, realizou, em 2012, o evento “Ações formativas para docentes em estágio probatório”, de caráter obrigatório para os docentes nessa condição. O curso teve carga horária de 55 horas, oferecendo uma amplitude de ações formativas. Dentre essas ações, foi realizada a palestra “Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação”, com o Professor José Armando Valente, da Universidade Estadual de Campinas, da qual o autor desta dissertação participou como ouvinte. A palestra obteve um público considerável de docentes, contando com a presença de alguns gestores da UFJF, que participaram efetivamente e se mostraram muito interessados no uso pedagógico dessas tecnologias. Alguns relataram experiências que já acontecem na Universidade, como o uso da Plataforma *Moodle* em algumas disciplinas da Faculdade de Medicina, por exemplo.

Na próxima seção, é apresentado o cenário da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora em relação às Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), abordando aspectos de infraestrutura e algumas experiências que estão sendo desenvolvidas na Unidade, especialmente quanto à utilização de Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs). Também serão apresentados os resultados observados na primeira parte da pesquisa, realizada no primeiro semestre de 2012, ainda na disciplina Linguagens e suas Tecnologias II, do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

1.3 O USO DAS TICS NA FACULDADE DE DIREITO

Esta seção tem como enfoque apresentar o cenário atual da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) em relação às TICs, apresentando seu contexto estrutural e algumas experiências desenvolvidas até o momento desta pesquisa. Após essa contextualização, serão apresentados os dados observados na primeira parte da pesquisa, realizada no primeiro semestre de 2012, a partir de questionário semiestruturado aplicado a 14 professores lotados na Unidade Acadêmica.

Em relação aos recursos tecnológicos e à infraestrutura, as salas de aula da Faculdade de Direito dispõem de projetores multimídia e são disponibilizados notebooks para utilização pelos professores. Entretanto, cotidianamente não se percebe o uso tão difundido desses recursos. A rede sem fio de internet é criptografada e o acesso à maioria delas é exclusivo a professores e funcionários. A biblioteca setorial da Faculdade de Direito dispõe de acesso a duas bases de dados especializadas na área de Direito: a *Hein Online* e a *VLex*, a partir de assinaturas realizadas nos anos de 2011 e 2012, que possibilitam o acesso eletrônico a diversas produções bibliográficas na área de Direito, como artigos científicos, jurisprudências, entre outras. Atualmente, verifica-se a utilização da Plataforma *Moodle* em cinco disciplinas: Instituições de Direito, Direito Comercial I, Direito Financeiro, Direito Penal III e Direito Internacional Privado.

Uma experiência interessante é a disciplina Instituições de Direito, oferecida para os alunos do primeiro período do curso de Direito e para outros diversos cursos das áreas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Juiz de Fora. Nessa disciplina, lecionada por um grupo de professores, é utilizada a Plataforma *Moodle* e os alunos são também avaliados por meio de fóruns e *wikis*². Juntamente com as disciplinas Direito Comercial I, Direito Penal III, Direito Financeiro e Direito Internacional Privado, tratam-se das únicas experiências de utilização de um AVA no curso de Direito.

Na disciplina Instituições de Direito, as atividades desenvolvidas através da Plataforma *Moodle* integram a carga horária total da disciplina, sendo, portanto, a única do curso que utiliza 20% da carga horária em atividades a distância. Por atender um número grande de alunos oriundos de diferentes cursos das áreas de Ciên-

² Atividade realizada através do Ambiente Virtual de Aprendizagem que consiste na construção de um texto coletivo ou colaborativo.

cias Humanas e Sociais Aplicadas, estes são divididos em grupos de 10 estudantes. Cada tutor/monitor acompanha dois desses grupos. As atividades mais frequentemente utilizadas para fins de avaliação são os fóruns e as *wikis*. Através da Plataforma, são disponibilizados vídeos, textos, apresentações, entre outros materiais que compõem o conteúdo obrigatório do curso. Na disciplina Direito Comercial I, a Plataforma *Moodle* é utilizada como um complemento e não integra a carga horária da disciplina, apesar de os alunos também serem avaliados através das atividades a distância. Aqui, também são utilizados fóruns e *wikis*, porém com menos frequência. Na Plataforma, são disponibilizados os textos que serão trabalhados nas aulas daquela semana e alguns links de interesse.

Nas disciplinas Direito Financeiro e Direito Penal III, a Plataforma *Moodle* também é utilizada como complemento das atividades presenciais. As atividades são obrigatórias e os alunos são também avaliados por meio de avaliações a distância, mas a carga horária presencial da disciplina não é reduzida. Na disciplina Direito Internacional Privado, a Plataforma é utilizada como repositório de conteúdos e para comunicação entre alunos e professores, além de serem realizadas algumas atividades a distância, sem caráter regular.

A utilização de um AVA nessas disciplinas não objetiva, apenas, a transmissão de conteúdos, como também o oferecimento de oportunidades para que os alunos desenvolvam determinadas habilidades e competências, como o trabalho em equipe e a argumentação. Além disso, essa experiência permite diversificar a metodologia, de forma que se torne acessível aos diferentes perfis de alunos, facilitando a individualização do ensino e da aprendizagem. Por fim, cabe ressaltar que o AVA também se tornou um eficiente meio de comunicação entre aluno e professor. Em relação à disciplina Instituições de Direito, é importante destacar que a utilização do AVA possibilitou seu oferecimento a centenas de alunos, oriundos de diversos cursos da UFJF, o que representa uma abertura da Faculdade de Direito, atendendo a algumas diretrizes preconizadas pelo REUNI, como a expansão das vagas, melhor utilização da infraestrutura e dos recursos humanos das universidades federais e a formação interdisciplinar.

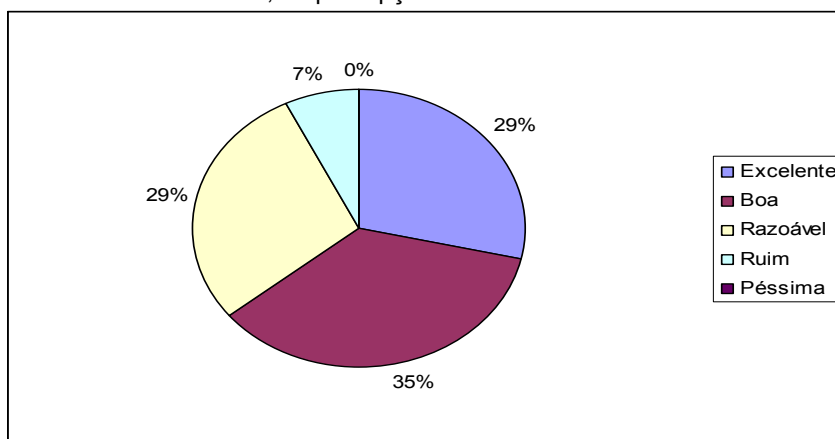
Com a expansão das atividades do curso de Direito para o *campus* de Governador Valadares, criou-se uma nova estrutura curricular para o novo espaço, com uma proposta aparentemente mais arrojada no que diz respeito aos conteúdos curriculares e pautada em habilidades e competências a serem desenvolvidas em cada

disciplina. Essa diferenciação ocorreu pela facilidade de implantação de um currículo inovador em um curso novo, que iniciou suas atividades ainda em 2012. Somente os períodos iniciais foram definidos e, apesar dos rumores de pretensão de se reelaborar a estrutura curricular do curso em Juiz de Fora, nada foi oficializado ainda. As atividades de pesquisa e extensão da Unidade ainda são pontuais, mas vêm ganhando força a partir da renovação do corpo docente, em sua maioria, composto por recém-doutores, e da aprovação da pós-graduação *stricto sensu*.

No primeiro semestre de 2012, foi realizado pelo próprio pesquisador um levantamento envolvendo 14 professores da Faculdade de Direito (cerca de 30% do total), através da aplicação de um questionário semiestruturado, com o objetivo de apontar a frequência de utilização das TICs pelos professores do curso de Direito, definir quais ferramentas eram mais utilizadas e conhecer a familiaridade desses professores com o uso do computador. Esse levantamento deu origem ao Plano de Intervenção, apresentado como trabalho final da disciplina Linguagens e suas Tecnologias II, do PPGP.

Quando questionados sobre como avaliavam sua familiaridade com o computador na utilização de ferramentas da rotina profissional, como o Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (SIGA), preparação de aulas e utilização de recursos pedagógicos, quatro professores assinalaram a opção “excelente”, cinco marcaram “bom”, outros quatro assinalaram “razoável” e apenas um a opção “ruim”. Nenhum docente considera ter uma familiaridade péssima na utilização do computador para fins profissionais.

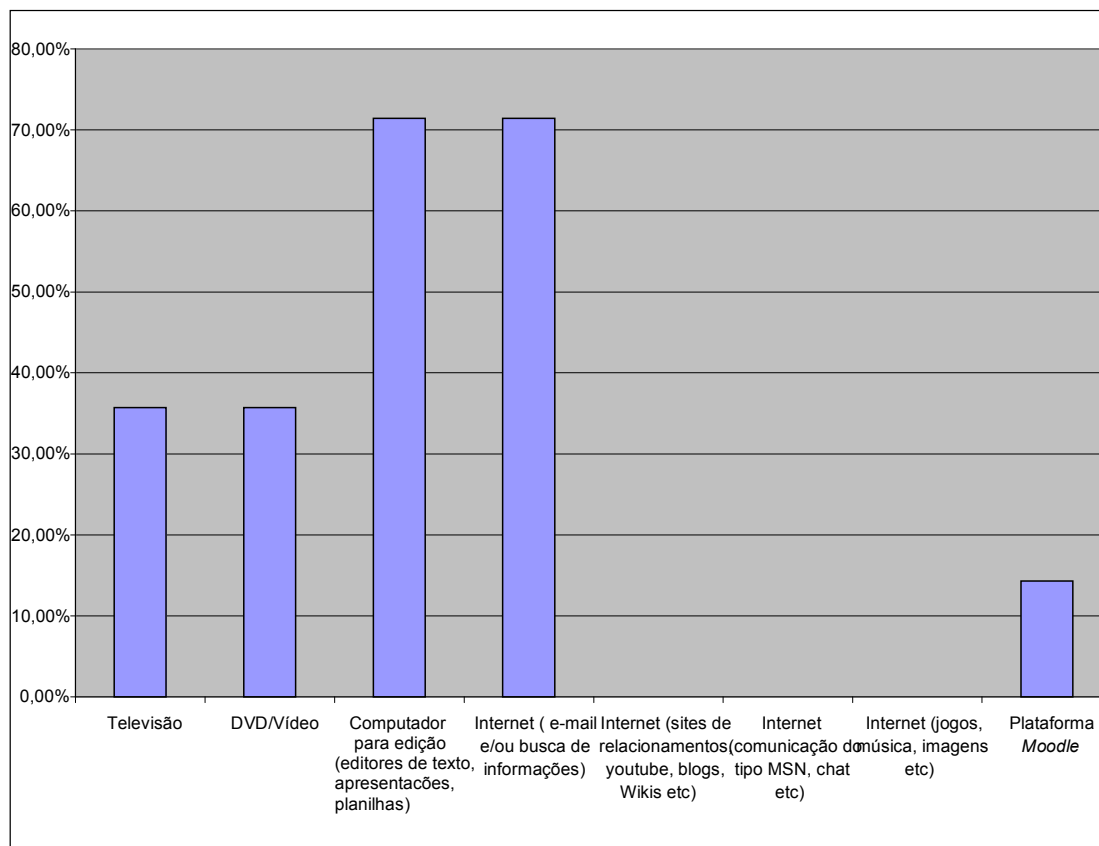
Gráfico 1 - Familiaridade com o computador, no uso de ferramentas para fins acadêmicos e profissionais, na percepção dos entrevistados



Fonte: Questionário aplicado pelo autor, 2012.

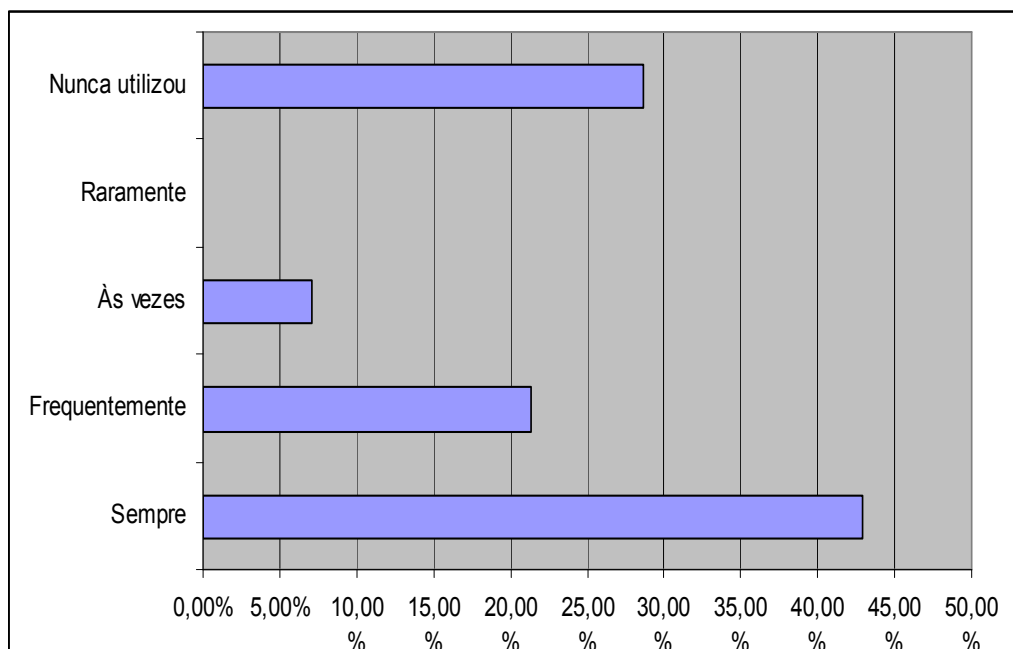
Aos serem perguntados sobre quais recursos utilizam em sua prática pedagógica, quatro professores (28,6%) afirmaram nunca terem usado recursos tecnológicos para esse fim, enquanto os 10 professores restantes afirmaram utilizar computador para edição e internet, com destaque para o uso do e-mail e a busca de informações. Dentre esses 10 professores, cinco afirmaram que também utilizam televisão e DVD/vídeo e apenas dois utilizam a Plataforma *Moodle*. Com relação à frequência em que utilizam esses recursos, seis disseram utilizar ao menos uma vez por semana, três usam ao menos uma vez por mês e um utiliza, em média, duas a três vezes por semestre. É importante salientar que, para a aferição dessa frequência, não foram delimitados quais recursos tecnológicos deveriam ser considerados, ficando a critério da percepção dos docentes, o que pode incluir desde o uso de TV até a utilização de um Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Gráfico 2 - Recursos tecnológicos utilizados na prática pedagógica



Fonte: Questionário aplicado pelo autor, 2012.

Gráfico 3 - Frequência de utilização dos recursos tecnológicos



Fonte: Questionário aplicado pelo autor, 2012.

Acerca dos fatores para a utilização dos recursos tecnológicos, nove professores o fazem porque consideram importante para o aprendizado dos alunos e apenas um porque ajuda no seu desempenho enquanto docente. Em relação aos fatores dificultadores para os que não utilizam os recursos tecnológicos, dois professores não responderam à questão, um considerou ter importância reduzida no ensino jurídico e um afirmou não ter conhecimento sobre a disponibilidade desses recursos.

Dos 14 professores entrevistados, apenas dois afirmaram já ter participado de alguma atividade de capacitação relacionada ao uso pedagógico das TICs na UFJF, com destaque para a palestra sobre Tecnologias Digitais, oferecidas aos docentes em estágio probatório. Esse resultado demonstra uma possível lacuna institucional no que tange à formação pedagógica dos docentes.

Esses resultados, encontrados na análise prévia, denotam a utilização um tanto limitada das TICs. Soster (2011), a partir da análise de um curso de Administração de Empresas, observou que as TICs eram mais utilizadas de forma centrada no docente, como ferramenta de apoio para a organização e apresentação do conteúdo, controle da gestão do aprendizado e comunicação com os alunos. Essa tendência também pode ser observada na Faculdade de Direito da UFJF.

Citando Habermas (1989), Demo (2010) defende a construção do conhecimento não mais pautada em verdades absolutas, pois essas nada mais são do que “pretensão de validade”. Ainda segundo o autor, nos Ambientes Virtuais de Aprendizagem, a formação e a construção do conhecimento ocorrem simultaneamente. No contexto do ensino jurídico, privilegiar a “autoridade do argumento” torna-se imprescindível, à medida que, conforme Demo (2010, p.20), “quando o aluno aprende a lidar com o método, a planejar e a executar pesquisa, a argumentar e a contra-argumentar, a fundamentar com a autoridade do argumento, não está só ‘fazendo ciência’, está igualmente construindo a cidadania que sabe pensar.” Nessa perspectiva, é fundamental construirmos um processo de ensino-aprendizagem focado na participação do aluno como sujeito ativo do seu próprio desenvolvimento intelectual e nada mais oportuno do que a utilização de tecnologias que facilitem esse processo.

A partir desse entendimento e do cenário observado na primeira parte da pesquisa, no próximo capítulo, analisamos a utilização de Ambientes Virtuais de Aprendizagem no ensino de Direito na Universidade Federal de Juiz de Fora, que constitui o foco desta dissertação. Para essa análise, foi aplicado um novo questionário aos docentes lotados na Unidade Acadêmica e foram realizadas cinco entrevistas semiestruturadas com alguns atores da própria Faculdade de Direito e da Universidade Federal de Juiz de Fora envolvidos na utilização e na disseminação dos AVAs dentro da Instituição, com o objetivo de conhecer a percepção desses atores em relação ao objeto deste estudo. Os dados observados serão apresentados e analisados de acordo com o referencial teórico sobre a integração das tecnologias da Educação a distância ao ensino presencial e à formação continuada dos docentes do ensino superior.

2 AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM E A FORMAÇÃO DOCENTE NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

No primeiro capítulo, foi apresentado o cenário contemporâneo das tecnologias, da Faculdade de Direito em relação ao uso pedagógico das TICs e os aspectos institucionais, no que diz respeito à infraestrutura e esforços da UFJF em relação à aplicação das tecnologias no processo de ensino-aprendizagem. Neste momento, discutiremos, especificamente, os Ambientes Virtuais de Aprendizagem, com o objetivo de analisarmos o pressuposto de que existe uma demanda para o aprimoramento da forma como estão sendo utilizados os AVAs e de uma ampliação dessa utilização na Faculdade de Direito. Também será analisado se o que foi observado na pesquisa de campo pode ser encontrado em outros cenários e os desdobramentos teóricos dessa observação.

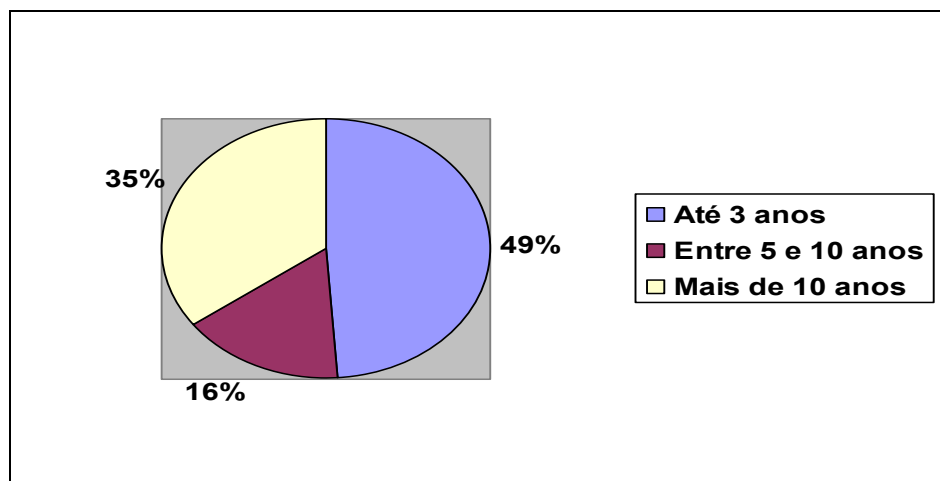
Neste capítulo, são apresentados os dados obtidos na segunda etapa da pesquisa, que serão analisados de acordo com o referencial teórico. Ele se dividirá em duas seções. Na primeira, serão apresentados os dados obtidos a partir do questionário aplicado aos docentes da Faculdade de Direito. Em seguida, apresentaremos as cinco entrevistas realizadas com diferentes atores da UFJF em relação aos Ambientes Virtuais de Aprendizagem e à formação docente. A segunda seção será dividida em duas subseções, em razão da amplitude das entrevistas, que abordaram dois temas distintos: as vantagens da utilização de um AVA no ensino presencial e a formação docente enquanto papel institucional.

2.1 PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES SOBRE OS AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM

Na segunda etapa da pesquisa, realizada nos meses de abril e maio de 2013, foram entrevistados 43 professores da Faculdade de Direito, o que representa uma amostra de 89,58% do total de professores vinculados à Unidade, que somam 48 professores no momento desta pesquisa. Dos cinco docentes que não participaram da pesquisa, três estavam licenciados (um de licença para atuar em outro setor, uma de licença maternidade e outro de licença para tratamento de saúde) e dois pediram para levar o questionário e não retornaram com as respostas.

Dentre os professores que participaram da pesquisa, 21 (48,84%) ingressaram na instituição há até três anos, sendo 17 efetivos em regime de dedicação exclusiva e quatro substitutos ou temporários, o que representa um corpo docente ainda jovem e a maioria entre os efetivos com titulação de Mestre ou Doutor. Outros sete (16,28%) entrevistados ingressaram na instituição entre cinco e 10 anos atrás, sendo todos efetivos, de modo que dois lecionam em regime de 20 ou 40 horas e cinco em regime de dedicação exclusiva. Os demais 15 entrevistados (34,88%), sete efetivos em regime de 20 ou 40 horas e oito em regime de dedicação exclusiva, contam com mais de 10 anos de casa, tendo ingressado na instituição em 1989 o docente com maior tempo de serviço.

Gráfico 4 – Tempo de docência na Instituição



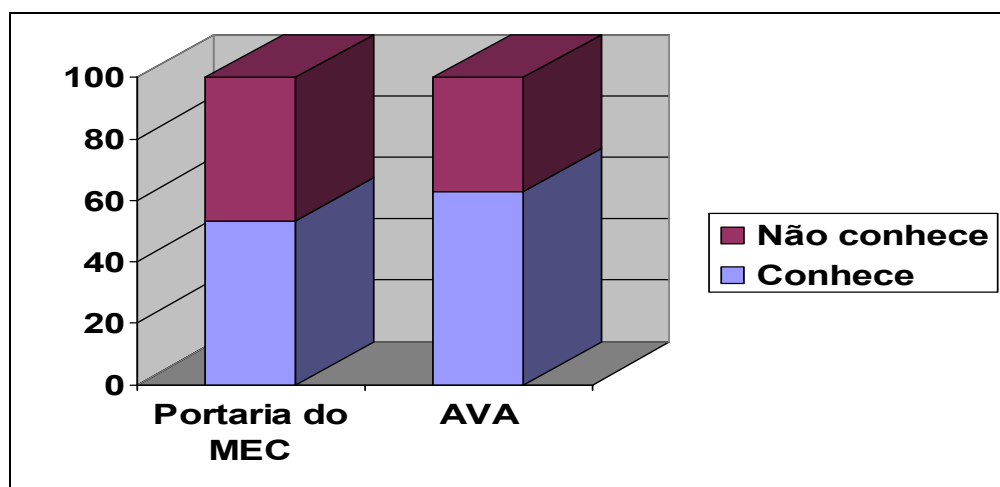
Fonte: Questionário aplicado pelo autor, 2013.

A primeira parte do questionário tinha como objetivo conhecer o perfil dos docentes em relação ao conhecimento sobre a portaria do MEC que autoriza a utilização de até 20% da carga horária dos cursos presenciais em atividades a distância. Além disso, investigar o perfil dos professores em relação ao conhecimento de Ambientes Virtuais de Aprendizagem: se utilizam esse recurso na Faculdade de Direito e, caso não utilizem, se tinham interesse em utilizar.

Em relação à portaria do MEC, 23 docentes afirmaram conhecer. Tendo em vista que a portaria foi publicada no ano de 2004, há quase 10 anos, esse dado pode representar a pouca divulgação dessa autorização no âmbito da Unidade. Dentre os entrevistados, 27 professores afirmaram conhecerem algum Ambiente Virtual de Aprendizagem, com destaque para a Plataforma *Moodle*, utilizada pela Instituição

nos cursos a distância, no âmbito da Universidade Aberta do Brasil e também em algumas disciplinas da graduação presencial.

Gráfico 5 – Percentual de docentes que disseram conhecer a portaria do MEC que autoriza a utilização de 20% da carga horária em atividades a distância e algum Ambiente Virtual de Aprendizagem.

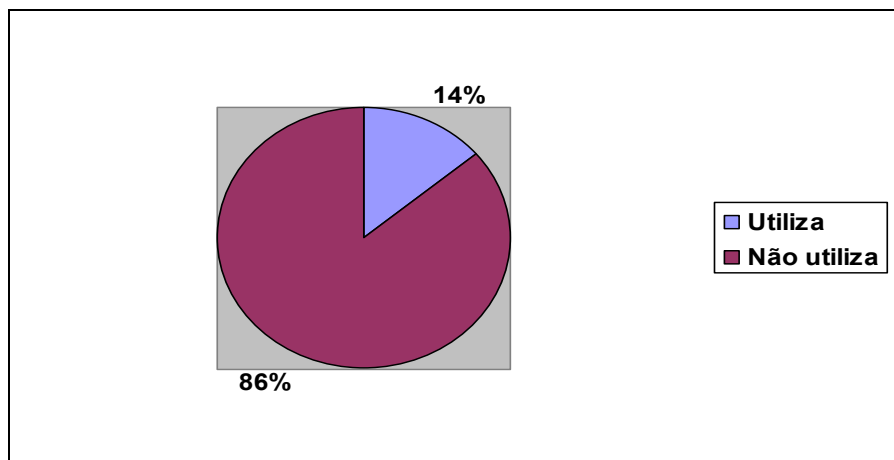


Fonte: Questionário aplicado pelo autor, 2013.

Segundo José Manuel Moran (2009), as perspectivas para o ensino superior no Brasil caminham para uma integração cada vez maior entre o presencial e o virtual. “Os cursos presenciais terão cada vez mais atividades a distância em proporção superior à atual, de forma que perderá sentido a separação entre o presencial e o a distância, como acontece até agora” (MORAN, 2009, p.66). Essa tendência apontada pelo autor está regulada pelo MEC desde 2004, a partir da portaria que autoriza a utilização de 20% da carga horária dos cursos presenciais em atividades a distância. Além disso, muitos professores utilizam esse tipo de atividade como complementação, sem haver redução da carga horária presencial, como observado na Unidade Acadêmica desta pesquisa.

Na Faculdade de Direito da UFJF, seis professores (13,95%) afirmaram utilizar AVA em suas disciplinas. Desse número, todos utilizam a Plataforma *Moodle*, utilizada em toda a Universidade, inclusive nos cursos a distância. Segundo Moran (2009), os principais ambientes de aprendizagem utilizados nos cursos a distância no Brasil são o *Moodle*, o *Blackboard* e o *Teleduc*.

Gráfico 6 – Utilização de AVA na Faculdade de Direito.

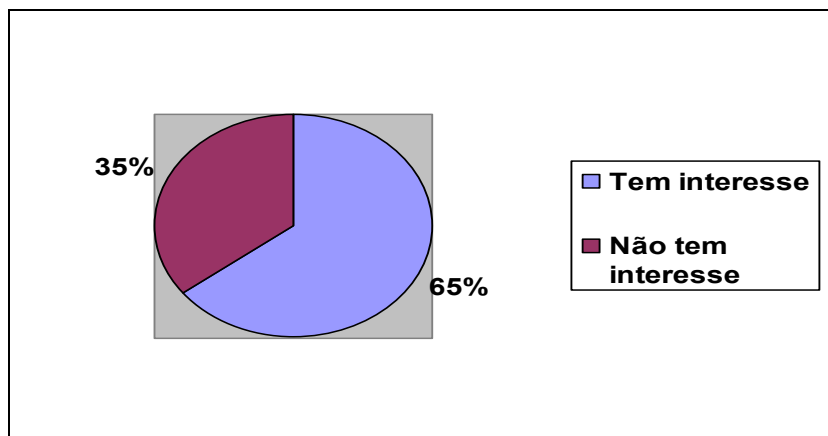


Fonte: Questionário aplicado pelo autor, 2013.

A utilização do *Moodle* no contexto estudado abrange cinco disciplinas que integram o currículo obrigatório do curso de Direito, quais sejam Instituições de Direito, oferecida no primeiro período, Direito Comercial I e Direito Penal III, oferecida no quinto período, Direito Financeiro, do sexto período, e Direito Internacional Privado, do 10º período do curso. É importante observar que a disciplina Instituições de Direito apresenta algumas peculiaridades, como o oferecimento para vários cursos das áreas de Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas da Universidade e o fato de ser conduzida por três professores da Faculdade de Direito, que contam com o auxílio de monitores, que interagem com os alunos na plataforma. No início de 2013, foram oferecidas 16 vagas para monitores dessa disciplina.

Em relação aos 37 professores que disseram não utilizar Ambientes Virtuais de Aprendizagem, quando questionados se tinham interesse em utilizar, 13 (35,14%) disseram que não e 24 (64,86%) manifestaram interesse em utilizar Ambientes Virtuais de Aprendizagem na prática pedagógica.

Gráfico 7 – Interesse em utilizar algum Ambiente Virtual de Aprendizagem na prática pedagógica, dentre aqueles que não utilizam.



Fonte: Questionário aplicado pelo autor, 2013.

Não foram identificadas relações entre o tempo de docência na instituição ou a titulação acadêmica e a utilização ou interesse na utilização de Ambientes Virtuais de Aprendizagem.

A segunda parte do questionário tinha como objetivo verificar como são utilizados os AVAs, dentre os seis professores que disseram utilizar esse recurso. Verificou-se que cinco professores fazem uso de todos os tipos de abordagem pedagógica dos AVAs, como repositório de conteúdos, comunicação entre alunos e professores, atividades que envolvam a interação entre alunos e professores, interação entre alunos e atividades individuais. Um dos professores afirmou utilizar a Plataforma *Moodle* somente como repositório de conteúdos, para comunicação entre professores e alunos e realização de atividades individuais, o que representa certa limitação na utilização desse recurso. Apenas na disciplina Instituições de Direito, ministrada conjuntamente por três desses professores, as atividades a distância são obrigatórias e compõem a carga horária da disciplina, de acordo com a portaria do MEC supracitada. Nas disciplinas Direito Financeiro, Direito Penal III, Direito Internacional Privado e Direito Comercial I, ministrada por uma das docentes que também leciona Instituições de Direito, as atividades a distância são obrigatórias, mas não compõem a carga horária da disciplina. Essa afirmação diz respeito à não substituição de parte da carga horária presencial pelas atividades a distância, conforme autoriza a portaria do MEC. Essa substituição só é feita na disciplina Instituições de Direito.

Na terceira parte do questionário, pretendia-se conhecer as razões do não interesse em utilizar AVAs, dentre os 13 professores que assinalaram essa opção. A partir da noção difundida de tradicionalismo em relação aos cursos de Direito e da

possível dificuldade de utilização de recursos tecnológicos, foram colocadas três possíveis razões: 1) Irrelevância para o ensino de Direito; 2) Perda da qualidade no ensino presencial; 3) Pouca familiaridade com o uso de recursos tecnológicos. A primeira opção mostrou-se irrelevante, uma vez que 10 professores discordaram de tal afirmativa e apenas três disseram que concordam parcialmente. Esse resultado, aparentemente, afasta a hipótese de tradicionalismo como fator determinante para a resistência em relação à utilização de recursos tecnológicos, em especial AVAs. Em relação à segunda afirmativa, dois discordaram, oito concordaram parcialmente e três concordaram. A tendência de se avaliar tal afirmativa como parcialmente pertinente pode estar relacionada à falta de conhecimento ou preparo para uma utilização eficaz de AVAs. A última opção mostrou-se mais relevante, uma vez que cinco professores disseram concordar, cinco concordaram parcialmente e apenas três discordaram. Os resultados encontrados, portanto, não conduzem a um consenso, mas foi possível afastar a hipótese de irrelevância para o ensino de direito, o que já representa certa abertura em relação às possibilidades pedagógicas. A perda da qualidade no ensino presencial e a pouca familiaridade com o uso de recursos tecnológicos mostraram-se mais relevantes, o que conduz a uma mudança de concepção em relação a esses recursos a partir de ações de capacitação e treinamento.

A quarta parte do questionário objetivava conhecer os possíveis fatores dificultadores para os docentes que, apesar de ainda não utilizarem AVAs na Faculdade de Direito, manifestaram interesse. Foram apresentados três fatores a partir de afirmativas, às quais os docentes deveriam responder se concordavam, concordavam parcialmente ou discordavam, da mesma forma realizada na terceira parte do questionário: 1) Falta de infraestrutura e apoio tecnológico; 2) Falta de formação específica em relação às possibilidades pedagógicas dos AVAs; 3) Dependência de outros setores da UFJF. Em relação ao primeiro fator apresentado, 10 professores discordaram da afirmativa, sete concordaram parcialmente e sete concordaram. Tal fator, portanto, apresentou relevância reduzida, não obstante a necessidade de investimentos em recursos tecnológicos pela Instituição, uma vez que se tornam obsoletos com muita rapidez. A falta de formação específica, em relação às possibilidades pedagógicas dos AVAs, segundo fator apresentado, revelou-se de grande relevância para a não utilização desse recurso, uma vez que 17 professores concordaram com a afirmativa, seis concordaram parcialmente e apenas um discordou. No que diz respeito à dependência de outros setores da UFJF, quatro professores dis-

cordaram, 14 concordaram parcialmente e seis concordaram. A tendência de assinalar a opção “concordo parcialmente” pode estar relacionada a um possível desconhecimento sobre como ocorre a gestão desse recurso na Instituição. Este último fator apresentou menor relevância do que a falta de formação docente, mas também trouxe quantitativos consideráveis, o que conduz para uma necessidade de desenvolver, na própria Unidade Acadêmica, um sistema de capacitação docente e apoio à utilização de Ambientes Virtuais de Aprendizagem.

Mônica Magalhães (2004) apresenta uma série de estudos em relação aos fatores que influenciam os professores quanto à utilização de novas tecnologias. Segundo a autora, todos apontam a falta de conhecimento da tecnologia ou de treinamento, além do fator tempo. Alguns apontaram problemas de acesso e suporte tecnológico. Esses fatores foram objeto de estudo desta pesquisa em relação aos Ambientes Virtuais de Aprendizagem e, assim como nos estudos apontados pela autora, conduziram para a predominância da falta de formação específica para a não utilização desse recurso.

Débora Dell’aglio, Daniel Kissmann e Simone Charczuk (2002), ao investigarem as percepções de professores do ensino superior quanto à utilização de novas tecnologias, observaram que a falta de tempo e de treinamento eram as principais desvantagens apontadas pelos docentes. A falta de tempo, no estudo desses autores, foi compreendida como uma defesa em relação às necessidades de adaptação às novas tecnologias. No contexto da Faculdade de Direito, cenário investigado nesta dissertação, o tempo não foi observado como fator determinante, apesar de estar relacionado a alguns relatos sobre a necessidade de oferecimento de um treinamento que atenda às especificidades da Faculdade, tendo em vista que alguns professores exercem outras atividades.

A quinta parte do questionário tinha por objetivo identificar quantos professores haviam participado de eventos de capacitação ou treinamento em relação aos AVAs e como se deu essa capacitação. Dos 43 entrevistados, apenas 13 afirmaram já ter participado de algum evento dessa natureza. Dentre esses 13 docentes, dois afirmaram ter participado somente de capacitação oferecida em outra instituição, sem o apoio da UFJF, cinco participaram somente de atividades de capacitação oferecida pela UFJF em caráter facultativo ou opcional e três participaram somente de cursos de capacitação oferecido pela UFJF em caráter obrigatório. Não foi possível identificar, com precisão, qual evento obrigatório foi frequentado por esses três pro-

fessores, mas dois encontram-se em estágio probatório, o que leva a crer que se trate do evento de formação oferecido pela PRORH em parceria com a CIAPES, obrigatório para docentes nessa condição, que englobava palestras sobre Tecnologias na Educação. Dos demais participantes da pesquisa, um afirmou ter participado de evento obrigatório oferecido pela UFJF e de cursos realizados em outras instituições com o apoio da UFJF. Desse modo, torna-se importante observar que este professor atua como docente do curso de Administração Pública, oferecido pela UFJF na modalidade a distância, no âmbito da Universidade Aberta do Brasil, e que tais capacitações dizem respeito, essencialmente, a essa atividade. Outro docente afirmou ter participado de evento obrigatório oferecido pela UFJF e cursos realizados em outra instituição sem o apoio da UFJF. Por fim, um dos entrevistados afirmou ter participado de evento realizado pela UFJF em caráter facultativo ou opcional e de evento realizado em outra instituição sem o apoio da UFJF. Dentre os seis docentes que utilizam a Plataforma *Moodle* na Faculdade de Direito, cinco participaram de atividades de capacitação ou treinamento. O único professor que utiliza a Plataforma sem ter participado de capacitação ou treinamento, demonstrou, na segunda parte do questionário, fazer uso um tanto limitado.

A última parte do questionário era opcional e trazia uma pergunta discursiva e mais ampla, com o objetivo de conhecer sugestões, comentários ou críticas em relação a um possível aprimoramento na utilização de AVAs na Faculdade de Direito. Dentre os participantes, 25 responderam a esse questionamento, que era livre e não oferecia qualquer direcionamento em relação às respostas dos professores. A maioria das respostas, 19 delas, reforçou a necessidade de oferta de capacitação dos docentes, especificamente quanto às possibilidades dos AVAs para o curso de Direito, disseminação e divulgação. Muitos manifestaram o desejo de que fosse oferecido curso de capacitação específico para os professores da Unidade, com vistas a atender à disponibilidade desses docentes, estando também mais próxima do local de trabalho, além de abordar as especificidades do curso. Faz-se necessário salientar que a UFJF oferece cursos de capacitação para utilização da Plataforma *Moodle*, realizados pelo Centro de Educação a Distância. No entanto, esses cursos podem ser frequentados por professores de qualquer área ou Unidade Acadêmica da Instituição, o que apresenta pontos positivos como a interação entre professores de diferentes áreas e compartilhamento de experiências, mas, por outro lado, muitas vezes não atende às especificidades dos cursos e dos docentes, o que foi observado como

fator determinante entre os entrevistados. Outro fator importante é a dimensão do *campus*. Na maior parte das vezes, os cursos são realizados em Unidades localizadas relativamente distantes da Faculdade de Direito, o que dificulta a participação e até mesmo a divulgação desses eventos. Alguns desses professores também indicaram a capacitação de monitores como fator fundamental, uma vez que eles auxiliam os docentes na condução das atividades online. Dentre esses 19 professores, um também destacou a necessidade de estabelecer espaços de debate entre a direção/coordenação com os professores e a relação com os ambientes de pesquisa disponibilizados pela biblioteca, como as bases de dados especializadas (*VLex, Hein Online* etc.).

Os outros seis professores que responderam à questão apresentaram diversas respostas, sem poder ser observado algo predominante. Um dos professores mencionou que já manifestou interesse em utilizar a Plataforma *Moodle* como parte da carga horária da sua disciplina, mas que sua solicitação foi condicionada à autorização por instâncias superiores, o que, segundo ele, não havia ocorrido até o momento da pesquisa. Outro professor enfatizou que a Instituição deve fornecer condições e meios para essa nova realidade. Um deles manifestou preocupação com o comprometimento dos alunos para com as atividades a distância. Somente um dos professores disse discordar da utilização desse recurso em cursos de graduação em Direito, por considerar que o espaço virtual favoreça mais a manifestação de questões morais ou opinativas do que propriamente jurídicas, mas disse reconhecer que tal recurso possa ser útil em cursos de pós-graduação, nos quais os alunos já possuem uma base de conhecimento jurídico. Por fim, dois professores, que já utilizam a Plataforma *Moodle*, trouxeram sugestões de aprimoramento da própria plataforma, como maior capacidade de armazenamento, transmissão ao vivo, a preocupação com as falhas no acesso ao sistema, dissociação do acesso à Plataforma *Moodle* do Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (SIGA) e suporte para a produção de mídia independente para serem utilizadas na Plataforma. Um desses dois professores também demonstrou preocupação com o aspecto pedagógico, dizendo que ainda existe uma dissociação entre o conteúdo que é ministrado em sala de aula e o que se propõe no ambiente virtual e que se deve superar a utilização da Plataforma como repositório de conteúdos ou como “livro de exercícios”.

Sendo assim, apesar de alguns professores terem mencionado questões técnicas, institucionais e de infraestrutura, o que se percebeu como mais relevante nes-

ta pesquisa foi a falta de formação específica dos docentes para a utilização de Ambientes Virtuais de Aprendizagem ou, talvez, o não alcance dessa capacitação aos professores da Unidade Acadêmica em estudo. Cabe mencionar que a capacitação dos docentes não deve ter como enfoque apenas a operacionalidade da Plataforma *Moodle*, como também suas possibilidades e abordagens pedagógicas mais eficazes. Não é suficiente mostrar apenas o que utilizar, é preciso discutir como deve ser essa utilização.

Ao realizarem um estudo de caso com professores da educação básica em cinco países europeus, Peralta e Costa (2007), identificaram uma lacuna na formação inicial desses docentes em relação às TICs. Mesmo na formação continuada, ainda existe essa lacuna. A maioria dos professores participantes da pesquisa apontou a formação como fator de extrema importância para o desenvolvimento do uso das TICs no contexto escolar. É importante ressaltar que essa pesquisa, além de ter sido realizada em países europeus, tem como sujeitos professores da educação básica, que passaram pela formação inicial para a docência, como ocorre nos cursos de licenciatura no Brasil. No caso dos professores universitários, especialmente da área jurídica, que são objeto de estudo desta dissertação, não existe essa formação inicial. A formação em docência se dará somente nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, que além de não terem sido frequentados pela totalidade dos professores, acabam priorizando a formação para a pesquisa.

Na próxima seção, será discutida a percepção de alguns atores da Faculdade de Direito e da Universidade Federal de Juiz de Fora envolvidos na utilização e na disseminação dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem, especialmente em relação à gestão administrativa e pedagógica da Faculdade de Direito e às atividades de capacitação e treinamento desenvolvidas pela Instituição.

2.2 AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM E A FORMAÇÃO DOCENTE SOB O OLHAR DE DIFERENTES ATORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

Nesta seção, serão apresentadas as entrevistas realizadas nos meses de maio e junho de 2013, durante a segunda etapa desta pesquisa, confrontando algumas informações coletadas com a bibliografia especializada. Os roteiros dessas entrevistas estão disponibilizados nos apêndices deste trabalho.

Quanto ao perfil dos entrevistados, foram entrevistados dois envolvidos na gestão administrativa e pedagógica do curso de Direito, quais sejam o diretor da Unidade Acadêmica e um dos coordenadores do curso. Os outros três entrevistados estão envolvidos, direta ou indiretamente, com a formação continuada dos docentes da Instituição.

Quadro 1 – Perfil dos entrevistados

Entrevistado 1	Bacharel em Direito, Mestre e Doutor em Direito. Diretor da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora.
Entrevistado 2	Bacharel em Direito, Mestre e Doutor em Direito. Coordenador do curso de Direito diurno e vice-coordenador do curso de Direito noturno da Universidade Federal de Juiz de Fora.
Entrevistada 3	Pedagoga, Mestre e Doutora em Educação. Coordenadora de Inovação Acadêmica e Pedagógica da Pró-Reitoria de Graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora.
Entrevistada 4	Pedagoga e Mestre em Educação. Coordenadora da Equipe de Capacitação do Centro de Educação a Distância da Universidade Federal de Juiz de Fora.
Entrevistada 5	Bacharela em Administração e Ciências Contábeis e Mestre em Engenharia de Produção. Coordenadora de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas da Pró-Reitoria de Recursos Humanos da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Para a melhor apresentação e discussão teórica dos resultados observados, esta seção foi dividida em duas subseções. Na primeira delas, trazemos a percepção dos entrevistados quanto à utilização de Ambientes Virtuais de Aprendizagem no ensino presencial, abordando a discussão teórica sobre a educação híbrida. O foco da segunda subseção foi a formação docente, a partir do que foi investigado sobre a atuação institucional na formação continuada dos professores, em especial quanto à utilização de Ambientes Virtuais de Aprendizagem.

2.2.1 Educação Híbrida: a comunhão entre o presencial e o virtual

Primeiramente, analisaremos os dados obtidos que se relacionam com as percepções sobre os Ambientes Virtuais de Aprendizagem. Antes de iniciarmos, é

preciso fazer uma introdução sobre o que denominamos educação híbrida, que representa a comunhão entre o virtual e o presencial. O termo hibridismo vem sendo utilizado para caracterizar vários aspectos da sociedade contemporânea.

Híbrido, hibridismo, hibridação e hibridização são os atributos que mais frequentemente têm sido utilizados para caracterizar variadas facetas das sociedades contemporâneas. Essas palavras podem ser aplicadas, por exemplo, às formações sociais, às misturas culturais, à convergência das mídias, à combinação eclética de linguagens e signos e até mesmo à constituição da mente humana (SANTAELLA, 2008, p. 20).

É a partir desse conceito de hibridismo que se fala em educação ou aprendizagem híbrida. A entrevistada 3 menciona a educação híbrida, ao defender a integração entre o presencial e o virtual.

Eu costumo dizer que hoje temos que pensar não em uma cisão da educação, mas sim na integração. Eu tenho trabalhado muito para que haja uma integração entre o que nós desenvolvemos virtualmente e na presencialidade. O que eu acredito é em uma educação híbrida, que seria uma educação em que a presencialidade está presente na virtualidade e a virtualidade está presente na presencialidade, ou seja, hoje temos uma sala de aula presencial que é mediada por tecnologias, inclusive temos espaços virtuais que favorecem as interações, os processos interativos e a própria aprendizagem e temos também na virtualidade demandas da presencialidade, que fazem com que você crie espaços presenciais que fazem com que esses encontros aconteçam. Então, cada vez mais, acredito que temos que trabalhar com essa integração entre esses espaços e pensar que estamos falando de educação, não educação a distância ou educação presencial. Estamos falando de mobilidade, de hibridismo, de uma série de questões que envolvem a cibercidadania, entre outras coisas. Os alunos estão o tempo todo conectados dentro da sala de aula, dentro de uma aula presencial, e você pode estar com um grupo de amigos fazendo um curso a distância e estar junto em um polo, por exemplo. Acho que é preciso romper com essa cultura que fragmenta e só nos distancia. (ENTREVISTADA 3, entrevista cedida no dia 29 de maio de 2013).

Lúcia Santaella (2008) denomina a convergência entre o virtual e o físico de espaços intersticiais, formando espaços conectados, onde se rompe essa cisão tradicional. A entrevistada 3, por sua vez, também mencionou que a utilização de Ambientes Virtuais de Aprendizagem apresenta múltiplas possibilidades, citando o exemplo dos fóruns, que dão voz ao aluno que, muitas vezes, não se manifesta dentro da sala de aula, por diversas razões. Ao ser perguntada sobre os benefícios da utilização de um AVA nas disciplinas do ensino presencial, a Entrevistada 4 enfatizou a superação dos paradigmas espaço e tempo.

Primeiramente, os alunos estão a todo tempo acessando as tecnologias, o computador, o celular, então é mais uma ferramenta para chegar até o aluno, mas ela não pode ser só isso. Pode também ser uma alternativa para a questão da carga horária, pois o professor tem ali duas aulas na semana e às vezes é tudo muito corrido, são muitos alunos, então é um espaço que possibilita levar a aprendizagem para além daquela carga horária definida, é outro espaço onde o aluno vai encontrar material, onde ele pode continuar a discussão que na sala de aula teve hora para acabar e não vai ser prorrogada, sem ter que esperar a outra semana para começar de novo, pode ir para a plataforma, é outra possibilidade. A disponibilização de vídeos, até mesmo de vídeos de aulas que foram realizadas, possibilita ao aluno rever aquilo que foi trabalhado, então há diversas possibilidades. Eu acredito que o principal é você possibilitar que esse espaço e tempo da aula presencial vão além daquele momento da sala de aula. Esse é o objetivo essencial, aumentar esse tempo de carga horária e romper até com esse paradigma (ENTREVISTADA 4, entrevista cedida no dia 28 de maio de 2013).

Moran (2006) menciona a flexibilização de tempos e espaços a partir da educação online, que vem trazendo contribuições significativas também ao ensino presencial. “Algumas universidades integram aulas presenciais com aulas e atividades virtuais, flexibilizando tempos e espaços e ampliando os espaços de ensino-aprendizagem, até agora praticamente confinados à sala de aula” (MORAN, 2006, p. 42). O entrevistado 2 salientou, ainda, que a utilização das tecnologias da Educação a distância no ensino presencial é uma revolução no processo de ensino-aprendizagem e que não há espaço para recuos.

Eu acho que foi uma revolução no ensino. A união da tecnologia, da possibilidade de, no ambiente do seu lar, você poder estar junto do seu aluno, construindo o conhecimento, foi fantástico. Acredito que isso não deve ser visto apenas como uma novidade, mas deve ser cada vez mais fomentado. No meu caso, a minha matéria é muito grande, então eu não conseguiria abordá-la por completo em sala de aula, assim como meu professor não fez e eu também não conseguia fazer antes da Educação a distância. No Ambiente Virtual, eu estimulo os alunos não somente com os fóruns, mas também com as *wikis*, com as atividades conjugadas onde os alunos podem desenvolver um trabalho em grupo sem se encontrarem (...). No AVA, se você consegue trabalhar outras sensibilidades do aluno, como através de pequenos filmes que estão muitas vezes disponíveis online, você consegue trazer um novo estímulo para o aluno e isso gera nele o desafio de querer participar da sala e, junto com os colegas, crescer no aprendizado e desenvolver o texto que seja o mais completo possível, que traga pertinência com o que está sendo discutido(...). Acho que temos que estimular cada vez mais o uso dessa ferramenta entre os professores, mesmo os que lecionam as matérias mais tradicionais, aquelas que fazem parte do currículo obrigatório do curso, utilizando pelo menos 20% da pontuação em atividades desenvolvidas através do AVA e selecionar aquelas matérias que vão ser exclusivamente dentro do sistema desse sistema (ENTREVISTADO 2, entrevista cedida no dia 27 de maio de 2013).

Moran (2006) também defende essa flexibilização, afirmando que os cursos podem aliar o ensino virtual com momentos presenciais.

No ensino superior, precisamos criar a cultura da educação *online* em professores, alunos e nas instituições. Que todos se acostumem a usar a internet fora da sala de aula, como uma parte integrante do curso. Os cursos podem alternar momentos de encontro numa sala de aula e outros em que continuamos aprendendo cada um em seu lugar de trabalho ou em casa, conectados por meio de redes eletrônicas (MORAN, 2006, p. 47).

Em relação à utilização da Plataforma *Moodle* na Faculdade de Direito, os entrevistados 1 e 2 disseram que existe uma boa receptividade dos alunos. O diálogo entre os professores sobre essa utilização existe, de certa maneira, segundo o Entrevistado 1, mas ressalta que é possível que haja um diálogo maior.

Essa disciplina que eu leciono hoje foi muito discutida (se referindo à disciplina Instituições de Direito, única da Unidade em que parte da carga horária é substituída por atividades a distância). Apresentei a disciplina aos coordenadores das Ciências Sociais Aplicadas e aos coordenadores do Direito, ela foi debatida no Conselho de Unidade. Então as pessoas conhecem, até quem nunca viu ou às vezes tem até preconceito em relação à disciplina conhece e isso é uma vantagem. (...) Existem pessoas que estão alienadas? Sim, existem. A gente pode fazer alguma para melhorar? Óbvio, deve. Eu acho que aí é chamar um pouco a responsabilidade para os próprios chefes de departamento, mais do que para o diretor, porque essa é uma discussão que tem que ser feita dentro do departamento, é uma discussão pedagógica, tem que ter a intervenção do chefe de departamento e do coordenador. Eu acho que a minha parte foi até mais de professor, empolgado, querendo mudar e criar um novo ambiente, que tem a ver com a minha escolha de gestão, que você sai lá do gabinete e volta para a sala de aula para poder contaminar outras pessoas com novas mentalidades didáticas. (ENTREVISTADO 1, entrevista cedida no dia 5 de junho de 2013).

Desse último entendimento, compartilha o Entrevistado 2, que considera não haver diálogo suficiente no âmbito da Unidade em relação aos Ambientes Virtuais de Aprendizagem.

Não tem esse diálogo. O que acontece, eu estava participando agora de uma prova de monitoria com os professores de Processo Penal, nessa banca eu falei que quando eu faço a minha seleção de monitoria para o Direito Penal III, eu sempre questiono sobre o contato anterior com o ensino a distância, se ele já fez alguma disciplina. A gente sabe que o Prof. Marcos trabalha e o contato que eles têm é com o Prof. Marcos, na disciplina Instituições de Direito. (...) Eu acho que o que falta é divulgação. É um produto bom, mas pouco divulgado. (ENTREVISTADO 2, entrevista cedida no dia 27 de maio de 2013).

Segundo Paulo Blikstein e Marcelo Zuffo (2006), não basta impregnar a escola de novas tecnologias, é preciso pensar em como seu uso pode, efetivamente, provocar transformações no processo de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, o diálogo e a troca de experiências tornam-se fundamentais.

Da pesquisa de campo apresentada no capítulo anterior, podemos apreender que boa parte dos professores está aberta a esse diálogo, faltando realmente o conhecimento sobre as potencialidades desses recursos. O Entrevistado 1 concordou que existe um desconhecimento muito grande entre os professores da Faculdade de Direito, o que leva, muitas vezes, ao uso menos eficaz do AVA ou, até mesmo, a uma resistência ou a um preconceito.

Eu percebo que há um interesse, mas ainda assim há uma utilização muito tímida e muito instrumentalizada, pouco criativa, o professor não usa aquilo como um instrumento de inovação. (...) Tanto o interesse quanto o desinteresse estão relacionados com a falta de conhecimento, na minha opinião. Então eu acho que esse é o “x” da questão. (ENTREVISTADO 1, entrevista cedida no dia 5 de junho de 2013).

Para provocarmos mudanças efetivas, é preciso pensarmos em meios de disseminação dessas possibilidades que o AVA apresenta, que poderá se dar essencialmente através da formação docente, conforme assinalada na análise dos resultados da pesquisa de campo. Na próxima subseção, discutiremos especificamente a formação continuada dos docentes do ensino superior, abordando a ausência de formação inicial para a docência, as demandas advindas com os avanços tecnológicos e de que forma a UFJF se coloca nesse contexto.

2.2.2 A formação docente enquanto papel institucional

Em relação à formação continuada dos docentes, foram entrevistados atores envolvidos direta ou indiretamente nesse processo, como a Coordenadora de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas da Pró-Reitoria de Recursos Humanos (PRORH), a Coordenadora da Equipe de Capacitação do Centro de Educação a distância (CEAD) e a Coordenadora de Inovação Acadêmica e Pedagógica da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD).

A Entrevistada 5, responsável pela Coordenação de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas (CCDP) da Pró-Reitoria de Recursos Humanos (PRORH), menciona que, historicamente, a PRORH esteve voltada à promoção de ações de treinamento e capacitação voltada para os técnico-administrativos em educação, que são os servidores da Universidade que exercem atividades técnicas e administrativas em diferentes áreas, com carreira distinta dos docentes.

Historicamente, a PRORH (posso falar porque eu tenho 20 anos de PRORH) era uma seção de treinamento e continuidade voltada mais especificamente para o técnico-administrativo em Educação. O docente já tem aquela visão histórica de chegar com Mestrado, Doutorado, então às vezes ele não gostaria de participar e, muitas vezes, o convite nem chegava até ele, de um curso simples de computador, que é o que a gente tinha à época. Bom, foi criada uma Coordenação de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas. Nesse sentido, o que era uma seção de treinamento que era pertencente a uma Pró-Reitoria de Administração, onde os assuntos de gasolina, de frete eram tratados juntos com a área de recursos humanos, hoje a gente tem um lugar, um conselho, é uma Pró-Reitoria, isso tudo vem sendo uma conquista. Paralelamente, os técnicos que estão à frente da PRORH estão também ficando mais capacitados e se sentindo mais à vontade pra fazer cursos que incluam também o segmento docente. De outro lado, temos também um público vindo do REUNI, que são pessoas que já vêm do mercado de trabalho sabendo que o mundo do trabalho vem sofrendo uma transformação. Não basta você ter Mestrado e Doutorado e se sentir cristalizado porque você já tem a titulação máxima. Temos muitos docentes ingressando nas atividades de capacitação, não somente com o AVA. (ENTREVISTADA 5, entrevista concedida no dia 28 de maio de 2013).

É importante observar que a Universidade, enquanto Instituição de Ensino Superior (IES), não atua somente promovendo cursos de capacitação, como também concedendo alguns incentivos, como licenças para capacitação previstas da Lei nº 8.112, de 1990, que institui o Regime Jurídico Único dos servidores civis da União, além de conceder incentivos financeiros para que elas ocorram fora da Instituição em alguns casos específicos, como diárias e passagens e o próprio Programa de Incentivo à Qualificação (PROQUALI), instituído em 2011, que concede bolsas de auxílio financeiro aos servidores, docentes e técnico-administrativos para a realização de cursos de educação formal, como graduação e pós-graduação *stricto sensu*.

Essas outras ações, no entanto, não apresentam relação direta com a formação docente para a utilização de recursos tecnológicos na prática pedagógica ou mesmo de um Ambiente Virtual de Aprendizagem, apresentando outras finalidades. Essa formação, que constitui o foco desta dissertação, se dá dentro da própria Instituição, tendo papel de destaque o Centro de Educação a distância (CEAD), criado em 2005 para atender às demandas do ensino a distância, que dava seus primeiros passos na Instituição, e a Pró-Reitoria de Graduação, por meio da Coordenação de Inovação Acadêmica e Pedagógica no Ensino Superior (CIAPES), criada em 2011 com o objetivo de, dentre outros, desenvolver ações formativas para os docentes da Instituição. A CIAPES, apesar de ter um objetivo mais amplo de formação continuada dos docentes, também está atenta às demandas em relação às novas tecnologi-

as aplicadas à Educação e aos Ambientes Virtuais de Aprendizagem, conforme menciona a Entrevistada 3. Segundo Moran (2006), com a educação online, o professor passa a exercer uma multiplicidade de papéis. Nesse contexto, a formação continuada passa a assumir uma importância ainda maior.

Retomando os resultados do questionário apresentados na primeira seção deste capítulo, verificou-se que a falta de formação específica para a utilização de AVAs mostrou-se o fator de maior relevância para o desuso observado na Unidade. Nesse sentido, os diferentes atores da Universidade foram perguntados sobre as ações formativas e sobre as possíveis intervenções que poderiam ser feitas para que pudessemos instrumentalizar esses docentes em relação a essa possibilidade pedagógica.

Segundo as Entrevistadas 3 e 4, os cursos de capacitação para a utilização de Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs), especificamente a Plataforma *Moodle*, no caso da UFJF, surgiram para atender às demandas dos professores que atuavam no ensino a distância. Entretanto, atualmente, têm surgido demandas para essa formação também no ensino presencial, conforme pode ser constatado também na pesquisa de campo apresentada na primeira seção deste capítulo. A Entrevistada 3 mencionou que, apesar de a UFJF, por meio do Centro de Educação a Distância, oferecer cursos dessa natureza, eles ainda são insuficientes, tendo em vista a crescente demanda que tem surgido em toda a Universidade.

Eu acho que os cursos que ainda estão sendo oferecidos são insuficientes. Até o momento, o atendimento às demandas era mais voltados para os professores que desenvolviam cursos na UAB e hoje a gente tem uma demanda que é da Universidade toda, não só desses professores. Então, eu acho que a gente tem que criar possibilidades para que esses professores sejam atendidos dentro das suas possibilidades. Acho tanto que a gente tem que oferecer cursos presenciais, mas também cursos a distância, cursos em épocas estratégicas, quando esse professor estaria mais disponível, por exemplo, o mês de fevereiro, seria uma possibilidade, geralmente boa parte dos professores tira férias em janeiro, em fevereiro já está trabalhando, mas ainda não tem aula nem na graduação nem na pós-graduação, então tem um pouco mais de possibilidade de fazer cursos, de trabalhar com essa demanda, que é dele também, que é a demanda formativa. Então nós, enquanto CIAPES, precisamos de continuamente atender essas demandas que não foram atendidas. (ENTREVISTADA 3, entrevista cedida no dia 29 de maio de 2013).

A inquietação suscitada pela pesquisa de campo, portanto, vai ao encontro da necessidade de formação continuada dos docentes do ensino superior. A maioria dos professores que atuam no contexto universitário não possui uma formação inici-

al específica para a docência, o que é restrito aos cursos de licenciatura. Segundo Noeli Rivas, Karina Conte e Gabriella Aguilar (2007), a formação exigida desses professores se concentra no conhecimento prático, adquirido com a experiência profissional e/ou teórico/epistemológico, através dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*. É bem verdade que os cursos de Mestrado e Doutorado possuem uma inclinação para a formação de pesquisadores, mais do que a formação docente, que acaba ficando a cargo do próprio interessado.

No caso específico do Direito, é possível perceber que o conhecimento técnico se mostrou determinante para a atuação na docência ao longo de muitos anos, haja vista a presença de muitos operadores do Direito, como juízes, promotores, defensores públicos, procuradores e advogados atuantes nas antigas cátedras. Os cursos de pós-graduação *stricto sensu* e a pesquisa são fenômenos consideravelmente recentes e em expressiva ascensão na área jurídica. Atualmente, percebe-se um número considerável de professores com titulações de mestre e/ou doutor, especialmente na Faculdade de Direito da UFJF. Não se pretende estabelecer uma dicotomia entre o conhecimento técnico e o conhecimento teórico/epistemológico para o ensino de Direito, uma vez que ambos são igualmente fundamentais no ensino superior, onde se pretende formar profissionais em condições de atuarem no mercado de trabalho e também indivíduos capazes de se colocarem de forma consciente na sociedade. O que se pretende aqui é demonstrar que a docência universitária carece de formação continuada, uma vez que o conhecimento pedagógico, na maioria das vezes, não é transmitido a esses profissionais pela educação formal, seja na graduação ou na pós-graduação. Selma Pimenta e Léa Anastasiou (2005) também apontam essa deficiência na formação pedagógica pelos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, que se apresenta como um desafio para o profissional e/ou pesquisador que se vê na condição de professor. Segundo Betania Ramalho (2006) *apud* Rivas, Conte e Aguilar (2007),

O exercício da profissão docente requer uma sólida formação, não apenas nos conteúdos científicos próprios da disciplina, como também nos aspectos correspondentes à sua didática, ao encaminhamento das diversas variáveis que caracterizam a docência, sua preparação e constante atualização. (RAMALHO, 2006 *apud* RIVAS, CONTE & AGUILAR, 2007, p.4)

Em relação à prática docente no ensino superior, é inegável que a integração das novas tecnologias ao ensino representa um grande desafio para a maioria dos docentes universitários. Cláudia Francisco (2011, p.49) destaca que “o processo de

ensino e aprendizagem, bem como a profissão docente, vem sofrendo modificações conforme as alterações na sociedade.” Nesse sentido, torna-se urgente a realização de ações formativas que visem à reflexão sobre essas novas possibilidades pedagógicas e suas formas mais eficazes de utilização, uma vez que não basta a inserção de novas metodologias e tecnologias na prática pedagógica, é preciso que elas sejam inseridas de forma produtiva e que tragam benefícios ao processo de ensino-aprendizagem. Segundo Juan Carlos Tedesco (2004) *apud* Francisco (2011, p. 51), “a introdução e o uso das TIC no processo de ensino e aprendizagem não devem ser vistos como a solução de todos os problemas educacionais existentes. As tecnologias podem oferecer melhorias dentro de um processo de reforma educacional”.

Uma das formas de utilização das tecnologias na educação é a utilização dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem, que se encontra em crescente ascensão a partir do surgimento dos cursos a distância por meio da internet. Dessa forma, o enfoque deste trabalho se encontra no aprimoramento da utilização desse recurso dentro de um curso presencial, de forma a possibilitar a formação continuada de docentes para que haja uma ampliação desse uso, desde que de forma eficiente.

Tendo em vista o que foi discutido sobre a carência de formação continuada para a docência no ensino superior e o interesse manifestado por parte considerável dos participantes desta pesquisa, no próximo capítulo, apresentamos o Plano de Ação Educacional, que consiste na proposta de um curso de formação para a utilização da Plataforma *Moodle*, Ambiente Virtual de Aprendizagem utilizado na UFJF. Apesar de a Instituição oferecer cursos dessa natureza, como foi mencionado neste capítulo, a presente proposta apresenta como diferencial a oferta de um curso voltado para os docentes da Faculdade de Direito, recorte utilizado nesta pesquisa.

3 PROPOSTA DE FORMAÇÃO DOCENTE PARA A UTILIZAÇÃO DE AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM

A principal questão levantada neste trabalho foi a utilização de Ambientes Virtuais de Aprendizagem no curso de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os dados obtidos na pesquisa de campo e na revisão de literatura apresentadas no segundo capítulo convergem para a conclusão de que a formação específica dos docentes para a utilização desses recursos constitui o principal fator determinante para sua efetiva utilização.

É importante observar que não se pretende defender a obrigatoriedade da utilização desse recurso nos cursos presenciais, mas torna-se fundamental que os docentes conheçam essa possibilidade pedagógica bastante difundida no mundo contemporâneo. Vale ressaltar que todas as metodologias de ensino e aprendizagem apresentam aspectos positivos e negativos, sendo necessária a constante capacitação e conscientização de docentes e alunos para que possam aproveitar seus benefícios.

O objetivo deste capítulo é apresentar o Plano de Ação Educacional (PAE), a partir do cenário observado na pesquisa de campo. O PAE consiste em uma proposta de intervenção que visa ampliar ou aprimorar a utilização de Ambientes Virtuais de Aprendizagem na Faculdade de Direito. Este capítulo está dividido em duas seções. Na primeira seção, são retomados os dados da pesquisa de campo que motivaram a proposta deste PAE. Na segunda seção, apresentamos, de forma detalhada, a proposta de formação docente para a utilização de Ambiente Virtual de Aprendizagem.

3.1 A RELAÇÃO ENTRE O CENÁRIO OBSERVADO E O PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL

O foco escolhido para este Plano de Ação foi a formação docente, uma vez que foi observado, na pesquisa de campo, uma grande demanda por capacitação para a utilização de Ambientes Virtuais de Aprendizagem entre os docentes da Unidade Acadêmica objeto deste estudo.

Participaram da pesquisa de campo 43 docentes lotados na Faculdade de Direito da UFJF. Dentre esses professores, 37 não utilizavam nenhum AVA em sua

prática pedagógica. Alguns dos objetivos dessa pesquisa, realizada através de questionário semiestruturado, era verificar se os professores que não utilizavam nenhum AVA tinham interesse na utilização e, caso houvesse, quais os fatores determinantes para que ela não ocorresse. Observou-se que, dentre os 37 professores que não utilizavam AVA, 24 manifestaram interesse no uso, sendo que, para a maioria deles, a falta de formação específica em relação às possibilidades pedagógicas dos AVAs demonstrou ser o fator de maior relevância, à medida que 17 professores concordaram com a afirmativa proposta, seis concordaram parcialmente e apenas um discordou, dados consideravelmente mais elevados do que os observados para os demais fatores apresentados, que não se mostraram de grande relevância.

Cabe salientar que a Universidade Federal de Juiz de Fora oferece cursos dessa natureza, através da parceria entre o Centro de Educação a Distância, a Pró-Reitoria de Graduação e a Pró-Reitoria de Recursos Humanos. Entretanto, os dados observados convergem para o entendimento que esses cursos não têm conseguido alcançar a demanda da Faculdade de Direito, seja por lacunas na divulgação, pela falta de disponibilidade dos professores, pela falta de interesse, entre outros diversos motivos. Esta proposta apresenta como diferencial o enfoque da utilização de AVAs no ensino jurídico, a ser oferecida nas dependências da Faculdade de Direito, de acordo com a disponibilidade dos professores e com ampla divulgação entre eles. Essa divulgação será de responsabilidade do pesquisador e se dará por meio eletrônico, através da publicação no sítio da Faculdade de Direito e envio de e-mail a todos os professores lotados na Unidade, e também por meio físico, através de circular a ser distribuída entre os professores. Importante observar que o curso também abrangerá os monitores de disciplinas, que auxiliam os professores na condução das atividades realizadas através do Ambiente Virtual de Aprendizagem. Os monitores poderão ser indicados pelos professores para a realização do curso.

Na próxima seção, a proposta é apresentada de forma detalhada, indicando os objetivos do curso, o público-alvo, a metodologia, as formas de divulgação e inscrição, a programação e os recursos necessários para sua realização.

3.2 APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

O Plano de Ação Educacional (PAE), proposto a partir deste trabalho, consiste em uma ação formativa para os docentes em relação à utilização de Ambientes

Virtuais de Aprendizagem, especificamente a Plataforma *Moodle*, utilizada na Universidade Federal de Juiz de Fora. O curso proposto foi denominado “Formação Docente para Utilização do *Moodle*”. A presente ação formativa deverá ser realizada nas instalações da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), podendo ser utilizados o infocentro e o auditório “Moacyr Borges de Mattos”.

3.2.1 Objetivos e Público-alvo

Os objetivos do curso proposto são capacitar os professores em relação às possibilidades pedagógicas dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem e promover a ampliação de sua utilização no âmbito da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora.

A presente ação formativa não tem como objetivo apenas a instrumentalização para a utilização dos recursos da Plataforma *Moodle*, como também fornecer subsídios teóricos em relação aos fundamentos e finalidades desses recursos para que eles possam ser utilizados da forma mais eficiente possível.

O público-alvo do curso serão os professores em exercício vinculados à Faculdade de Direito, incluindo efetivos, substitutos e temporários, e os monitores que atuam em disciplinas da graduação em Direito. Os professores serão convidados pela direção da Unidade Acadêmica a participarem do curso em caráter facultativo. A participação dos monitores será viabilizada, preferencialmente, a partir de indicação pelos professores lotados na Faculdade. A inclusão dos monitores nessa capacitação se dá em razão do auxílio que eles prestam aos professores no processo de ensino-aprendizagem. No AVA, especificamente, eles assumem um papel importante de mediação, em contato direto com os alunos. Além disso, acredita-se que esses monitores, por serem estudantes da graduação em Direito, estejam mais cientes das necessidades dos alunos e tenham maior contato e familiaridade com os recursos tecnológicos, podendo propor novas possibilidades aos próprios professores.

3.2.2 Carga horária e metodologia

A carga horária do curso será de 30 horas, sendo 10 horas presenciais e 20 horas a distância, através da Plataforma *Moodle*, utilizada na Instituição. Nos momentos presenciais, serão realizadas aulas expositivas e dialogadas sobre as possi-

bilidades pedagógicas do AVA e a apresentação dos recursos disponíveis na plataforma, de forma orientada.

A proposta de um curso semipresencial tem o objetivo de possibilitar aos docentes participantes a vivência do AVA, conhecendo na prática suas possibilidades e limites. Portanto, o curso contará com 20 horas desenvolvidas a distância, através da Plataforma *Moodle*, com duração de quatro semanas. Espera-se, com a metodologia adotada, que os professores discutam as possibilidades pedagógicas dos AVAs e tenham contato com seus recursos de forma orientada, nos momentos presenciais, e de forma autônoma, nos momentos a distância.

3.2.3 Divulgação e inscrições

A divulgação do curso será de responsabilidade do próprio pesquisador, que fará contato com os professores através de e-mail e circular a ser distribuída pela secretaria da Unidade Acadêmica. A chamada para as inscrições no curso também serão publicadas no sítio eletrônico da Faculdade, sob responsabilidade do autor desta dissertação. As inscrições serão realizadas por e-mail, através de endereço a ser divulgado em momento oportuno, ou na secretaria da própria Unidade. Como o curso não demandará recursos financeiros, as inscrições serão gratuitas e abertas somente ao público interno da Faculdade de Direito.

Os horários e períodos do curso serão definidos de acordo com a disponibilidade dos professores inscritos, tendo início a partir de outubro de 2013. A princípio, serão ofertadas até cinco turmas, podendo haver uma ampliação mediante demanda dos docentes. As atividades poderão ser realizadas no auditório da Faculdade de Direito, que conta com rede sem fio de internet, com a utilização de notebooks disponibilizados pela instituição ou do próprio professor. Também poderá ser utilizado o infocentro da Unidade, que conta com cerca de 20 computadores.

3.2.4 Programação

O curso será composto de quatro unidades de trabalho, que serão divididas em quatro semanas, com o objetivo de organizar o conteúdo a ser abordado de acordo com suas especificidades. Inicialmente, será feita uma introdução com a apresentação da plataforma e dos benefícios da utilização de Ambientes Virtuais de

Aprendizagem, sob responsabilidade do autor desta dissertação. Em seguida, o curso se voltará para a operacionalidade da Plataforma, apresentando os recursos mais utilizados, que serão agrupados de acordo com suas finalidades, quais sejam, armazenamento de conteúdos, atividades individuais, interação entre alunos e interação entre alunos, monitores e professores. O treinamento operacional será de responsabilidade da Equipe de Capacitação do Centro de Educação a distância (CEAD). As unidades do curso estão detalhados no Quadro 2, apresentado a seguir.

Quadro 2 – Plano de curso

Unidade ou semana	Objetivos	Atividades
1ª semana: as possibilidades pedagógicas dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem	Abordar aspectos didático-pedagógicos, com foco para as possibilidades pedagógicas dos AVAs, apontando as possíveis vantagens de sua utilização no ensino de Direito: individualização do ensino, superação do paradigma espaço x tempo, múltiplos recursos, acesso imediato e simultâneo à legislação atualizada e artigos científicos, desenvolvimento do trabalho em equipe, autonomia, argumentação e expressão escrita. Apresentação da Plataforma.	Parte presencial (2 horas): palestra sobre as possibilidades pedagógicas dos AVAs como complementação do ensino presencial. Apresentação da Plataforma <i>Moodle</i> .
		Parte a distância (5 horas): vídeo: Aprendizagem Virtual (Pedro Demo). Disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=YbKLzFMRElc . Vídeo: Educação a distância através do uso da Plataforma <i>Moodle</i> . Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ppxcOh3GpA4 . Fórum: Discussão sobre as impressões em relação ao contato inicial com a Plataforma <i>Moodle</i> e perspectivas que vislumbram para o ensino do Direito.

2ª semana: recursos da Plataforma <i>Moodle</i>: comunicação e interação entre professores, monitores e alunos	Abordar os recursos que permitem a comunicação e a interação entre os alunos, professores e monitores, capacitando quanto à operacionalidade dos mesmos: mensagens e fóruns.	Parte presencial (3 horas): Apresentação da ferramenta de comunicação fórum e suas finalidades. Criação de fóruns na Plataforma <i>Moodle</i>. Envio de mensagens pela Plataforma. Parte a distância (5 horas): texto: Interações em um Ambiente Virtual de Aprendizagem, utilizando a ferramenta de comunicação fórum. Autores: Danuza Egito, Hurika Andrade, Renata Adriana e Sérgio Abranches. Disponível em: http://www.ufpe.br/ce/images/Gra_dua-caop_pedagogia/pdf/2010.1/interaes%20em%20um%20ambiente%20virtual%20de%20aprendizagem%20utilizand.pdf. Fórum: discussão sobre o tema da semana.
3ª semana: recursos da Plataforma <i>Moodle</i>: interação entre os alunos	Apresentar o recurso <i>wiki</i>.	Parte presencial (2 horas): Apresentação da ferramenta <i>wiki</i> e suas finalidades. Criação de uma <i>wiki</i> na Plataforma. Parte a distância (5 horas): vídeo: Educação tradicional e aprendizagem ubíqua, por Lúcia Santaella. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=gvhAmHXtESE. Texto: A aprendizagem ubíqua substitui a educação formal? Lúcia Santaella. Revista de Computação e Tecnologia da PUC-SP — Departamento de

		Computação/FCET/PUC-SP. Vol. 2. Nº 1. p. 17-22. Disponível em: revis-tas.pucsp.br/index.php/ReCET/article/download/3852/2515. <i>Wiki</i>: Aprendizagem Ubíqua: o senso comum e a ciência jurídica. Fórum: Esclarecimentos de dúvidas em relação à <i>wiki</i>.
4ª semana: recursos da Plataforma <i>Moodle</i> : Atividades individuais e repositório de conteúdos	Apresentar as atividades individuais disponíveis: avaliações individuais, questionários, diário e laboratório de aprendizagem. Recursos da Plataforma: textos, vídeos, <i>podcasts</i> , leitura multimídia, links etc.	Parte presencial (3 horas): apresentação dos recursos para disponibilização de conteúdos na Plataforma. Criação de atividades individuais. Parte a distância (5 horas): atividade individual: impressões sobre o curso. Questionário: impressões e recursos abordados durante o curso.

Parte da carga horária do curso será realizada através da própria Plataforma *Moodle*, com o objetivo de proporcionar a experiência enquanto aluno no processo de ensino-aprendizagem virtual aos professores participantes. Dentro desse AVA, serão disponibilizadas quatro semanas, que poderão ser acessadas a partir de abas localizadas na parte superior da página inicial. Além das quatro semanas, será disponibilizado um sumário, com a apresentação do curso, o fórum de notícias e o fórum de dúvidas. O fórum de notícias tem o objetivo de estabelecer um espaço de comunicação entre os participantes do curso, onde poderão ser postados avisos, sugestões, entre outras coisas. No fórum de dúvidas, os participantes poderão esclarecer as eventuais questões em relação ao conteúdo e às atividades diretamente com os instrutores do curso. A figura 1 apresenta o sumário do curso.

Figura 1 – Sumário do curso “Formação Docente para Utilização do *Moodle*”



Fonte: Elaborado pelo autor, 2013.

Durante as quatro semanas do curso, serão apresentadas as sugestões de leitura, vídeos e atividades propostas em cada unidade, de acordo com o conteúdo trabalhado. A seguir são apresentadas todas as semanas do curso dentro do Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Figura 2 – Semana 1 do curso “Formação Docente para Utilização do Moodle”



Fonte: Elaborado pelo autor, 2013.

Figura 3 – Semana 2 do curso “Formação Docente para Utilização do Moodle”



Fonte: Elaborado pelo autor, 2013.

Figura 4 – Semana 3 do curso “Formação Docente para Utilização do Moodle”



Fonte: Elaborado pelo autor, 2013.

Figura 5 – Semana 4 do curso “Formação Docente para Utilização do Moodle”



Fonte: Elaborado pelo autor, 2013.

3.2.5 Recursos necessários à realização da posposta

O curso será ministrado pelo próprio pesquisador em parceria com a Equipe de Capacitação do Centro de Educação a Distância (CEAD) da UFJF, conforme disponibilidade manifestada pela coordenadora da equipe no momento da entrevista. Em relação aos recursos financeiros, não haverá demanda, uma vez que o próprio pesquisador atuará como instrutor em caráter voluntário, em parceria com os recursos humanos da Equipe da Capacitação do CEAD, e os recursos físicos e tecnológicos já estão disponíveis na própria Unidade Acadêmica onde será desenvolvido.

O Quadro 3, apresentado a seguir, detalha a proposta de ação apresentada neste capítulo.

Quadro 3 - Proposta de ação

O que será feito?	A proposta consiste em um curso de capacitação ou treinamento para a utilização de Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs), com enfoque na Plataforma <i>Moodle</i> , utilizada pela Instituição.
Quando?	O curso poderá ter início a partir de agosto de 2013 e poderão ser oferecidas até cinco turmas, a serem agendadas de acordo com a

	disponibilidade dos docentes.
Quem fará?	O próprio pesquisador atuará como instrutor do curso, em parceria com a Equipe de Capacitação do Centro de Educação a Distância (CEAD) da UFJF. O público-alvo são os docentes e monitores das disciplinas da Faculdade de Direito da UFJF.
Onde?	As turmas presenciais serão instaladas nas dependências da Faculdade de Direito, podendo ser utilizados o infocentro e o auditório, que conta com acesso à rede sem fio de internet.
Como?	Cada turma contará com uma carga horária de 30 horas, sendo 10 horas presenciais e 20 horas em atividades realizadas pela Plataforma <i>Moodle</i> , com objetivo de fazer com que os participantes tenham contato com o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O curso terá duração de quatro semanas, sendo 2 ou 3 horas presenciais e 5 horas a distância por semana.
Quanto custará?	A proposta não demandará recursos financeiros, uma vez que o próprio pesquisador atuará como instrutor, em caráter voluntário, em parceria com os recursos humanos da própria Universidade, lotados na Equipe de Capacitação do Centro de Educação a distância (CEAD). Os recursos físicos e tecnológicos já estão disponíveis na Unidade.

Cabe ressaltar que o curso proposto trata-se um projeto piloto, a ser desenvolvido somente no âmbito da Faculdade de Direito, que poderá ser reofertado e ampliado. Não está descartada a possibilidade de ampliação a outras Unidades Acadêmicas, caso haja interesse da Instituição, podendo esses recursos serem re-dimensionados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Ambientes Virtuais de Aprendizagem vêm ganhando espaço no ensino presencial, a partir da noção de educação híbrida, discutida no segundo capítulo desta dissertação, segundo o conceito de hibridismo apresentado por Lúcia Santaella (2008) e de outros autores como Moran (2006), que têm defendido a comunhão entre o ensino presencial e a educação a distância.

Na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Instituição de Ensino Superior (IES) analisada nesta pesquisa, as experiências com os AVAs estão presentes não somente no ensino a distância, como também no ensino presencial. Na Facul-

dade de Direito, recorte utilizado para o estudo de caso realizado nesta dissertação, não é diferente. Apesar da Unidade Acadêmica não contar com um curso na modalidade a distância, existem algumas experiências com a utilização da Plataforma Moodle, AVA utilizado na UFJF, em algumas disciplinas da graduação presencial em Direito, ainda que pontuais.

A partir da pesquisa de campo, observou-se que os professores da Faculdade de Direito demonstram interesse em utilizar a Plataforma *Moodle*, mas apontam a falta de formação específica em relação às suas possibilidades pedagógicas como o principal fator que influencia para o seu não uso.

A UFJF vem buscando atender às demandas dos professores, uma vez que existem ações formativas, inclusive em relação às Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) aplicadas à Educação. Inclusive, recentemente foi criada uma Coordenação de Inovação Acadêmica e Pedagógica no Ensino Superior, vinculada à Pró-Reitoria de Graduação, com a finalidade de pensar e desenvolver ações formativas com foco na docência. Portanto, acredito que esta pesquisa vai ao encontro da política institucional que se encontra presente na atualidade, buscando novas possibilidades para o processo de ensino-aprendizagem, levando em consideração as constantes transformações pelas quais passa a educação contemporânea.

Nesse sentido, a proposta apresentada no capítulo 3, além de atender à demanda da Faculdade de Direito, visa também contribuir com os esforços institucionais observados no âmbito da IES.

A proposta visa à formação continuada dos docentes, tendo em vista a condição histórica do professor do ensino superior, em especial os que não atuam em cursos de licenciatura que, na maioria das vezes, não passam por uma formação inicial para a docência, conforme discutido no capítulo 2.

A Instituição oferece condições favoráveis para a realização dessa proposta, uma vez que conta com recursos humanos capacitados e recursos tecnológicos necessários para o desenvolvimento. Diante disso, cabe a nós, enquanto atores envolvidos nesse processo, contribuirmos na elaboração e efetivação de propostas que busquem a constante melhoria e aprimoramento do processo de ensino-aprendizagem desenvolvido nesse contexto.

É importante considerar que, além de ações formativas, é preciso um investimento constante em infraestrutura, especialmente no que diz respeito ao objeto desta pesquisa, em recursos tecnológicos. Além disso, qualquer transformação só ocor-

re quando existe o comprometimento e o diálogo dos e entre os envolvidos, que sempre devem ser priorizados.

Por fim, o simples diagnóstico realizado a partir desta pesquisa certamente contribuiu para que os atores institucionais passem a pensar nos Ambientes Virtuais de Aprendizagem como uma nova possibilidade pedagógica ou em formas de promover a ampliação do seu uso dentro da Instituição.

REFERÊNCIAS

BLIKSTEIN, Paulo; ZUFFO, Marcelo Knorich. As sereias do ensino eletrônico. In: SILVA, Marco (Org.). **Educação online**. São Paulo: Loyola, 2006. pp. 25-40.

BRASIL. **Lei nº 12.711**, de 29 de agosto de 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm>. Acesso em: 05 dez. 2012.

_____. Ministério da Educação. **Portaria nº 4.059**, de 10 de dezembro de 2004. Diário Oficial da União, Seção 1, p. 34.

BRITO, Carlos Estrela. **Educação a Distância (EAD) no ensino superior em Moçambique**: UAM. 2010 Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC, 2010. Disponível em: <http://btd.egc.ufsc.br/wp-content/uploads/2011/04/Carlos_Estrela_Brito.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2013.

DARODA, Larissa Silva Leitão. **A utilização das tecnologias da informação e comunicação pelos docentes de ensino superior da área da saúde**. 2012. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora-MG, 2012.

DELL'AGLIO, Débora Dalbosco; KISSMANN, Daniel Beck; CHARCZUK, Simone Bicca. Um paradigma emergente na educação superior: percepções de professores quanto às novas tecnologias. **Colabor@** (Revista Digital da CVA – RICESU), vol. 1, n. 3, 12 p. fev. 2002. Disponível em: <<http://pead.ucpel.tche.br/revistas/index.php/colabora/article/viewFile/24/22>>. Acesso em: 03 jun. 2013.

DEMO, Pedro. Educação Científica. **B. Téc. Senac**: a R. Educ. Prof., Rio de Janeiro, v. 36, n.1, p. 15-25, jan./abr. 2010.

FRANCISCO, Cláudia Cristina Batistela. Formação docente: o uso de conteúdo midiáticos e das TICs no processo de ensino e aprendizagem no ensino superior. **Acta Scientiarum: Education**. Maringá, v. 33, n. 1, p. 49-55, 2011.

GONÇALVES, Sarah Maria da Silva; NASCIMENTO, Ives Romero Tavares. A formação jurídica no Brasil: analisando seu desenvolvimento histórico e a “atual” crise do ensino. In: **XXI Encontro Regional de Estudantes de Direito e Encontro Regional de Assessoria Jurídica Universitária**. Crato (CE): Fundação Araripe, 2008. (CD-ROM) Disponível em: <http://www.urca.br/ered2008/CDAnais/pdf/SD1_files/Sarah_GON%C3%87ALVES.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2012.

KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. Campinas: Papirus, 8 ed, 2010.

MAGALHÃES, Mônica Giacomassi de Menezes de. **Metodologia para integração de novas tecnologias na formação de professores**. 2004. Tese (Doutorado) – Instituto de Física de São Carlos, São Carlos-SP, 2004.

MARQUES, Carlos Alexandre Michaello. O ensino jurídico e as novas tecnologias da informação e comunicação. **Revista de Educação**, São Paulo, v.13, n.16, p. 199-214, 2010.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MORAN, José Manuel. Contribuições para uma pedagogia da educação online. In: SILVA, Marco (Org.). **Educação online**. São Paulo: Loyola, 2003. p. 41-52.

_____. Modelos e avaliação do ensino superior a distância no Brasil. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas-SP: v.10, n.2, p.54-70, jun. 2009.

PAIVA, Lauriana G. de. **Do giz colorido ao data show: uma conex@o desconect@d@**. Juiz de Fora-MG: Editora UFJF, 2010.

PERALTA, Helena; COSTA, Fernando Albuquerque. Competência e confiança dos professores no uso das TIC: Síntese de um estudo internacional. **Sísifo: Revista de Ciências da Educação**, 03, p. 77-86. Maio/Ago. 2007.

PIMENTA, Selma Garrido; ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos. **Docência no Ensino Superior**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

RIVAS, Noeli Prestes Padilha; CONTE, Karina de Melo; AGUILAR, Gabriella Meier. Novos espaços formativos na Universidade: desafios e perspectivas para a docência superior. In: **IX Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores**. UNESP- Universidade Estadual Paulista, 2007.

SANTAELLA, Lucia. A ecologia pluralista das mídias locativas. **Revista FAMECOS**. Porto Alegre: n. 37, p. 20-24, dez. 2008.

SILVA, Edgard Moreira da. Introdução. **Caderno Jurídico da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo** – Direito e Internet, ano 2, v. 1, n. 4, jul. 2002.

SOUSA, Vânia Pinheiro de. **Manual de normalização para apresentação de teses, dissertações e trabalhos acadêmicos**. Juiz de Fora-MG: Editora UFJF, 2011. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/biblioteca/files/2008/11/Manual-de-normaliza%C3%A7%C3%A3o-V%C3%A2nia-2011.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2013.

SOSTER, Tatiana Sansone. **O uso da tecnologia da informação e comunicação no processo de ensino e aprendizagem: estudo de um curso superior na área de administração**. 2011. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/8149/61090100015.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 04 jan. 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF). **História da Faculdade de Direito** – Parte I (1913 – 1960). Juiz de Fora-MG, 1985.

_____. **Resolução nº 15/Conselho Superior**, de 25 de outubro de 2007. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/portal/files/2009/06/resolucao154.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2012.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO NA PESQUISA DA DISCIPLINA LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS II

1-Como você avalia sua familiaridade com o computador na utilização de ferramentas como SIGA, preparação de aulas e utilização de recursos pedagógicos?

- ☐) Excelente.
- ☐) Boa.
- ☐) Razoável.
- ☐) Ruim.
- ☐) Péssima.

2- Quais recursos tecnológicos você utiliza para suas atividades pedagógicas?

- ☐) Televisão.
- ☐) DVD, vídeo.
- ☐) Computador para edição (editores de texto, apresentações, planilhas etc.).
- ☐) Internet (e-mail e/ou busca de informações).
- ☐) Internet (sites de relacionamentos - Orkut, Facebook, Youtube, blogs, *wikis* etc.).
- ☐) Internet (comunicação do tipo MSN, chat etc.).
- ☐) Internet (jogos, música, imagens etc.).
- ☐) Outros: _____.
- ☐) Não utilizo.

3- Com que frequência você utiliza esses recursos em suas aulas?

- ☐) Sempre (no mínimo uma vez por semana).
- ☐) Frequentemente (no mínimo uma vez por mês).
- ☐) Às vezes (em média, duas ou três vezes por semestre).
- ☐) Raramente (em média, uma vez por semestre).
- ☐) Nunca utilizei.

4 – Se você utiliza recursos tecnológicos na sua prática docente, qual o principal fator motivador?

- ☐) Incentivo da gestão da Unidade Acadêmica ou departamento ao qual está vinculado.

- ☐ Incentivo dos alunos.
- ☐ Considera importante para o aprendizado dos alunos.
- ☐ Ajudam no seu desempenho enquanto professor.
- ☐ Outro: _____.

5- Se você NÃO utiliza recursos tecnológicos na sua prática docente, qual é o principal fator dificultador?

- ☐ Difícil acesso.
- ☐ Não tem tempo.
- ☐ Não tem interesse.
- ☐ Não sabe utilizar.
- ☐ Não tem formação.
- ☐ Outro: _____.

6 – Você já participou de alguma atividade de capacitação relacionada ao uso pedagógico das TICs promovida pela UFJF ou pela própria Unidade Acadêmica? Qual?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO UTILIZADO NA PESQUISA PARA A DISCIPLINA LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS II

Eu, _____
_____, RG: _____, da Instituição _____ declaro

que consinto em participar como sujeito da pesquisa **“Letramento Digital de Docentes e o uso das TICs no curso de Direito/UFJF”**, sob responsabilidade do(a) pesquisador(a) **Álisson de Almeida Santos** e que fui satisfatoriamente esclarecido que:

- a) o estudo será realizado a partir de questionário;
- b) não haverá riscos para minha saúde,
- c) posso consultar o pesquisador responsável em qualquer época, pessoalmente ou por telefone, para esclarecimento de qualquer dúvida;
- d) estou livre para, a qualquer momento, deixar de participar da pesquisa e que não preciso apresentar justificativas para isso;
- e) todas as informações por mim fornecidas e os resultados obtidos serão preservados e confiados ao pesquisador, que se obriga a manter o anonimato em relação à fonte (sujeitos de pesquisa) e a se manter fiel e rigoroso em relação aos dados obtidos;
- f) serei informado de todos os resultados obtidos na pesquisa;
- g) não terei quaisquer benefícios ou direitos financeiros sobre os eventuais resultados decorrentes da pesquisa;
- h) compreendi que esta pesquisa é importante para o estudo e melhor entendimento das inovações na prática pedagógica através do uso das TICs.

DECLARO, outrossim, que após convenientemente esclarecido pelo pesquisador e ter entendido o que nos foi explicado, consinto em participar da pesquisa em questão.

_____, ____ de _____ de
20____.

Sujeito de pesquisa

Pesquisador(a)

OBS: Este termo apresenta duas vias, uma destinada ao usuário ou seu representante legal e a outra ao pesquisador

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO APLICADO NA SEGUNDA PARTE DA PESQUISA

- 1) Ano de ingresso na UFJF:_____.
- 2) Regime de trabalho:
- () Efetivo – DE.
 - () Efetivo – 20 ou 40h.
 - () Substituto ou temporário.
- 3) Você tem conhecimento sobre a portaria do MEC que autoriza a utilização de 20% da carga horária das disciplinas em atividades a distância?
- () Sim.
 - () Não.
- 4) Você conhece algum Ambiente ou Espaço Virtual de Aprendizagem?
- () Sim. Qual(is)? _____.
 - () Não.
- 5) Utiliza esse recurso na Faculdade de Direito/UFJF?
- () Sim. Em qual (is) disciplinas?_____.
 - () Não.
- 6) Se não utiliza, tem interesse em utilizar?
- () Sim.
 - () Não.
- 7) Se você utiliza algum AVA, de que forma?

	SIM	NÃO
Como repositório de conteúdos (textos, vídeos, links etc).		
Comunicação entre pro-		

fessores e alunos (chat, mensagens, fóruns etc.).		
Atividades avaliativas que envolvam interação entre alunos e professores (fóruns, por exemplo).		
Atividades avaliativas que envolvam interação apenas entre alunos (<i>wikis</i> , por exemplo).		
Atividades individuais.		

- 8) Se você utiliza algum AVA, as atividades desenvolvidas a distância:
- () são obrigatórias e compõem a carga horária da disciplina (20%);
 - () são obrigatórias, mas não compõem a carga horária da disciplina;
 - () não são obrigatórias e não compõem a carga horária da disciplina.
- 9) Sobre o não interesse em utilizar os ambientes virtuais de aprendizagem, as razões são:

	Concordo	Concordo Parcialmente	Discordo
Irrelevância para o ensino de Direito.			
Perda da qualidade no ensino presencial.			
Pouca familiaridade com o uso de recursos tecnológicos.			

- 10) Se tem interesse e não utiliza, responda em relação aos possíveis fatores dificultadores.

	Concordo	Concordo Parcialmente	Discordo
Falta de infraestrutura e apoio tecnológico.			
Falta de formação específica em relação às possibilidades pedagógicas dos AVAs.			
Dependência de outros setores da UFJF.			

- 11) Você já participou de algum evento de capacitação ou treinamento em relação à utilização de AVAs?

() Sim.

() Não.

- 12) Se você já participou de alguma capacitação ou treinamento, assinale o tipo de curso ou evento que frequentou:

	SIM	NÃO
Cursos oferecidos pela UFJF em caráter obrigatório.		
Cursos oferecidos		

pela UFJF em caráter facultativo ou opcional.		
Cursos realizados em outras instituições, com o apoio da UFJF.		
Cursos realizados em outras instituições, sem o apoio da UFJF.		

- 13) Você teria alguma sugestão, comentário ou crítica em relação a um possível aprimoramento na utilização de AVAs na Faculdade de Direito?

**APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
UTILIZADO NA SEGUNDA ETAPA DA PESQUISA PARA O QUESTIONÁRIO**

Eu, _____
_____, RG: _____, da Instituição
_____ declaro

que consinto em participar como sujeito da pesquisa **“A utilização de Ambientes Virtuais de Aprendizagem no ensino presencial: o caso do ensino jurídico na Universidade Federal de Juiz de Fora”**, sob responsabilidade do(a) pesquisador(a) **Álisson de Almeida Santos** e que fui satisfatoriamente esclarecido que:

- a) o estudo será realizado a partir de questionário;
- b) não haverá riscos para minha saúde,
- c) posso consultar o pesquisador responsável em qualquer época, pessoalmente ou por telefone, para esclarecimento de qualquer dúvida;
- d) estou livre para, a qualquer momento, deixar de participar da pesquisa e que não preciso apresentar justificativas para isso;
- e) todas as informações por mim fornecidas e os resultados obtidos serão preservados e confiados ao pesquisador que se obriga a manter o anonimato em relação à fonte (sujeitos de pesquisa) e a se manter fiel e rigoroso em relação aos dados obtidos;
- f) serei informado de todos os resultados obtidos na pesquisa;
- g) não terei quaisquer benefícios ou direitos financeiros sobre os eventuais resultados decorrentes da pesquisa;
- h) compreendi que esta pesquisa é importante para o estudo e aprimoramento das estratégias de ensino-aprendizagem realizadas na Instituição.

DECLARO, outrossim, que após convenientemente esclarecido pelo pesquisador e ter entendido o que nos foi explicado, consinto em participar da pesquisa em questão.

_____, ____ de _____ de
20__.

Sujeito de pesquisa

Pesquisador(a)

OBS: Este termo apresenta duas vias, uma destinada ao usuário ou seu representante legal e a outra ao pesquisado

APÊNDICE E – ROTEIRO ENTREVISTADO 1

- 1) Enquanto um dos protagonistas na utilização de AVAs na Faculdade de Direito, quais vantagens você tem percebido em aliar o ensino presencial à educação a distância? Apontaria alguma desvantagem?
- 2) Como você tem percebido a receptividade dos alunos?
- 3) Em relação a uma possível ampliação dessa utilização na Faculdade de Direito, você considera que ela traria benefícios ao processo de ensino-aprendizagem?
- 4) Na pesquisa de campo, constatou-se que muitos professores têm interesse em utilizar AVAs em sua prática pedagógica. Entretanto, a maioria deles apontou como principal fator dificultador a falta de formação específica em relação às possibilidades pedagógicas dos AVAs. Como a Unidade Acadêmica poderia atuar para mudar esse quadro?
- 5) Você participou do curso oferecido pelo CEAD? Como avalia o curso? Acha importante que os professores participem de atividades dessa natureza?
- 6) Como os professores poderiam ser estimulados a participarem de cursos dessa natureza?
- 7) Existe um diálogo na Unidade, por exemplo, entre a direção, chefes de departamento e coordenadores do curso, sobre a formação continuada dos docentes e a utilização de AVAs na prática pedagógica?

APÊNDICE F – ROTEIRO ENTREVISTADO 2

- 1) Em relação à utilização de AVAs na Faculdade de Direito, você considera que ela tem trazido benefícios ao processo de ensino-aprendizagem?
- 2) Como você percebe a receptividade dos alunos?
- 3) Tendo em vista a portaria do MEC que autoriza a utilização de 20% da carga horária das disciplinas em atividades a distância, você acha que sua implementação seria positiva para a Faculdade de Direito?
- 4) Na pesquisa de campo, constatou-se que muitos professores têm interesse em utilizar AVAs em sua prática pedagógica. Entretanto, a maioria deles apontou como principal fator dificultador a falta de formação específica em relação às possibilidades pedagógicas dos AVAs. Você conseguiria apontar algumas ações que poderiam mudar esse quadro?
- 5) Você participou do curso oferecido pelo CEAD? Como avalia o curso? Acha importante que os professores participem de atividades dessa natureza?
- 6) Como os professores poderiam ser estimulados a participarem de cursos dessa natureza?
- 7) Existe um diálogo na Unidade, por exemplo, entre a direção, chefes de departamento e coordenadores do curso, sobre a formação continuada dos docentes e a utilização de AVAs na prática pedagógica?

APÊNDICE G – ROTEIRO ENTREVISTADO 3

- 1) Qual a atuação da PROGRAD em relação à formação de docentes para utilização de AVAs?
- 2) As atividades de capacitação apresentam um caráter contínuo?
- 3) Na pesquisa de campo, constatou-se que muitos professores têm interesse em utilizar AVAs em sua prática pedagógica. O CEAD oferece o treinamento para a utilização da Plataforma *Moodle*, entretanto, a maioria deles apontou como principal fator dificultador a falta de formação específica em relação às possibilidades pedagógicas dos AVAs. A que você atribui esse dado? Como poderíamos mudar esse quadro?
- 4) Como você tem percebido a receptividade dos professores aos cursos oferecidos?
- 5) Você conseguiria apontar certa tendência para a procura desses cursos em alguma área ou Unidade Acadêmica específica?
- 6) De que forma você considera que a utilização de AVAs pode melhorar o processo de ensino-aprendizagem e trazer benefícios ao ensino presencial?

APÊNDICE H – ROTEIRO ENTREVISTADO 4

- 1) Qual a atuação do CEAD em relação à formação de docentes para utilização de AVAs?
- 2) As atividades de capacitação apresentam um caráter contínuo?
- 3) Na pesquisa de campo, constatou-se que muitos professores têm interesse em utilizar AVAs em sua prática pedagógica. O CEAD oferece o treinamento para a utilização da Plataforma *Moodle*, entretanto, a maioria deles apontou como principal fator dificultador a falta de formação específica em relação às possibilidades pedagógicas dos AVAs. A que você atribui esse dado? Como poderíamos mudar esse quadro?
- 4) Você conseguiria apontar certa tendência para a procura desses cursos em alguma área ou Unidade Acadêmica específica?
- 5) De que forma você considera que a utilização de AVAs pode melhorar o processo de ensino-aprendizagem e trazer benefícios ao ensino presencial?

APÊNDICE I – ROTEIRO ENTREVISTADO 5

- 1) Qual o papel da PRORH em relação à formação de docentes para a utilização de AVAs?
- 2) Quais cursos foram oferecidos nos últimos anos? Eles terão continuidade?
- 3) Na pesquisa de campo, constatou-se que muitos professores têm interesse em utilizar AVAs em sua prática pedagógica. O CEAD oferece o treinamento para a utilização da Plataforma *Moodle*, entretanto, a maioria deles apontou como principal fator dificultador a falta de formação específica em relação às possibilidades pedagógicas dos AVAs. A que você atribui esse dado? Como poderíamos mudar esse quadro?
- 4) Você conseguiria apontar certa tendência para a procura desses cursos em alguma área ou Unidade Acadêmica específica?

APÊNDICE J – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO UTILIZADO NAS ENTREVISTAS

Eu, _____

_____, RG: _____, declaro que consinto em participar como sujeito da pesquisa **“A utilização de Ambientes Virtuais de Aprendizagem no ensino presencial: o caso do ensino jurídico na Universidade Federal de Juiz de Fora”**, sob responsabilidade do(a) pesquisador(a) **Álisson de Almeida Santos** e que fui satisfatoriamente esclarecido que:

- a) o estudo será realizado a partir de ENTREVISTA;
- b) não haverá riscos para minha saúde,
- c) posso consultar o pesquisador responsável em qualquer época, pessoalmente ou por telefone, para esclarecimento de qualquer dúvida;
- d) estou livre para, a qualquer momento, deixar de participar da pesquisa e que não preciso apresentar justificativas para isso;
- e) a entrevista será gravada e seu conteúdo poderá ser publicado no todo ou em parte na dissertação a ser desenvolvida a partir desta pesquisa, com indicação do cargo ou função exercida pelo entrevistado;
- f) autorizo a divulgação de informações em relação à minha formação acadêmica e cargo ou função atualmente exercido na Universidade Federal de Juiz de Fora;
- f) serei informado de todos os resultados obtidos na pesquisa;
- g) não terei quaisquer benefícios ou direitos financeiros sobre os eventuais resultados decorrentes da pesquisa;
- h) compreendi que esta pesquisa é importante para o estudo e melhor entendimento das inovações na prática pedagógica.

DECLARO, outrossim, que após convenientemente esclarecido pelo pesquisador e ter entendido o que nos foi explicado, consinto em participar da pesquisa em questão.

_____, ____ de _____ de 20____.

Sujeito de pesquisa

Pesquisador(a)

OBS: Este termo apresenta duas vias, uma destinada ao usuário ou seu representante legal e a outra ao pesquisador.

APÊNDICE L – APRESENTAÇÃO DO PESQUISADOR

Sou graduado em Administração Pública pela Universidade do Sul de Santa Catarina e graduando em Direito na Universidade Federal de Juiz de Fora. Ingressei como Assistente em Administração na Universidade Federal de Juiz de Fora no ano de 2009 e, desde então, atuei na Pró-Reitoria de Extensão e na Faculdade de Direito, onde estou atualmente.

Neste momento, sou tutor a distância do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP), acompanhando os alunos do Bacharelado em Administração Pública (EaD) da UFJF.

A partir da minha condição de aluno, tutor e servidor da UFJF, tenho observado que, apesar da incorporação do uso das TICs no ensino superior e no mundo jurídico na atualidade, o uso efetivo entre os professores da Faculdade de Direito ainda é incipiente, o que foi sinalizado na pesquisa realizada na disciplina Linguagens e suas Tecnologias II, no interior do Mestrado Profissional do PPGP. Essa pesquisa foi realizada no primeiro semestre de 2012 e teve caráter mais amplo, com objetivos de apontar a frequência de utilização das TICs pelos professores do curso de Direito, definir quais ferramentas eram mais utilizadas e conhecer a familiaridade desses professores com o uso do computador. No levantamento, constatou-se que quase 30% dos entrevistados nunca utilizaram esses recursos para fins pedagógicos. Dos professores que utilizam esses recursos, a maioria se limita ao uso do computador para edição, internet, televisão e DVD. O uso de espaços virtuais de aprendizagem, como a Plataforma *Moodle*, se apresentou bastante inexpressivo, apesar de ser utilizada em quatro disciplinas. Utilizo o foco na Plataforma *Moodle* por ser a adotada pelo Centro de Educação a Distância (CEAD) da UFJF. Essa pesquisa será referenciada neste trabalho como a pesquisa prévia realizada pelo autor.

A decisão de retomar esse assunto na dissertação se dá em razão de algumas inquietações ainda remanescentes, principalmente quanto aos possíveis fatores que determinam o uso ou desuso das TICs no curso de Direito e, particularmente, à possibilidade de utilização de um Ambiente Virtual de Aprendizagem dentro de um curso presencial. Nesse sentido, o objetivo desta dissertação é analisar o uso da Plataforma *Moodle* pelos professores do curso de Direito da UFJF, compreender suas relações com aspectos institucionais do curso e apresentar um Plano de Ação

Educacional, que visa a uma alternativa, aprimoramento ou solução para a forma como tem sido utilizado esse Ambiente Virtual de Aprendizagem.